****

  **Relatório**

**AVALIAÇÃO DE MEIO-TERMO**

**PROJECTO**

**CONSTRUINDO A RESPONSABILIZAÇÃO SOCIAL PARA A PROTECÇÃO SOCIAL EM MOÇAMBIQUE**

**(Gaza, Sofala e Nampula)**

**CONTEÚDOS**

[AGRADECIMENTOS 2](#_Toc415433507)

[FICHA TÉCNICA 3](#_Toc415433508)

[LISTA DE ACRONÓMOS 4](#_Toc415433509)

[SUMÁRIO EXECUTIVO 5](#_Toc415433510)

[I. INTRODUÇAO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJECTO 8](#_Toc415433511)

[I.1. Olhar Global Sobre a Proteção Social 8](#_Toc415433512)

[I.2. Sinopse da Protecção Social em Moçambique 10](#_Toc415433513)

[I.2.1. Programa de Subsídio Social Básico 11](#_Toc415433514)

[I.3. Sobre o Projecto 12](#_Toc415433515)

[I.3.1. Áreas Geográficas e Resultados 12](#_Toc415433516)

[I.3.2. Abordagem de Implementação do Projecto e Actores 15](#_Toc415433517)

[II. OBJECTIVOS E PARAMETROS DA AVALIAÇÃO 18](#_Toc415433518)

[II.1. Objectivo Geral 18](#_Toc415433519)

[II.2. Parâmetros da Avaliação 18](#_Toc415433520)

[III.METODOLOGIA 19](#_Toc415433521)

[III.1. Recolha de Dados 19](#_Toc415433522)

[III.1.1.Revisão de Literatura 19](#_Toc415433523)

[III.1.2. Entrevistas com Informantes-Chave 20](#_Toc415433524)

[III.1.3.Discusão em Grupo Focal 20](#_Toc415433525)

[III.1.4. Mini Inquérito 21](#_Toc415433526)

[III.2. Cobertura Geográfica e Critérios de Inclusão e Exclusão 22](#_Toc415433527)

[III.3. Processamento e Análise dos Dados 23](#_Toc415433528)

[III.4. Limitações e Constrangimentos 23](#_Toc415433529)

[IV. RESULTADOS DA AVALIAÇAO 24](#_Toc415433530)

[IV.1. EFICÁCIA DO PROJECTO 24](#_Toc415433531)

[IV.1.1. Desempenho do Projecto a Luz das Actividades Planificadas 2013-2014 24](#_Toc415433532)

[IV.1.2. Percepção da Eficácia a Luz dos Provedores 26](#_Toc415433533)

[IV.1.3. Percepção da Eficácia a Luz dos Beneficiários 28](#_Toc415433534)

[IV.1.5. Percepção Sobre Mudanças vs Boas Práticas 31](#_Toc415433535)

[IV.2. EFICIÊNCIA DO PROJECTO 32](#_Toc415433536)

[IV.2.1. Ciclo da Monitoria Comunitária Independente e a Qualidade de Dados 32](#_Toc415433537)

[IV.3. COORDENAÇÃO DO PROJECTO 40](#_Toc415433538)

[IV.2.1. Gestão e Coordenação entre a Equipa de Implementação 40](#_Toc415433539)

[IV.2.2. Coordenação e Sinergias Com Outros Actores-Chave 43](#_Toc415433540)

[IV.4. LIGAÇÃO DO PROJECTO 45](#_Toc415433541)

[IV.4.1. Alinhamento do Projecto a Estratégia da HelpAge 45](#_Toc415433542)

[IV.5. SUSTENTABILIDADE DO PROJECTO 46](#_Toc415433543)

[IV.5.1. Sustentabilidade e Apropriação da Abordagem do Projecto 46](#_Toc415433544)

[V. PRINCIPAIS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES 49](#_Toc415433545)

[BIBLIOGRAFIA CONSULTADA 54](#_Toc415433546)

# AGRADECIMENTOS

Agradecemos à equipa da HelpAge Moçambique, aos parceiros de implementação das províncias visitadas pelo apoio prestado durante à implementação da presente Avaliação de Meio-Termo. Um agradecimento especial a todos os respondentes, com destaque para beneficiários, técnicos do INAS que generosamente deram o seu tempo e compartilharam suas opiniões e experiências.

# FICHA TÉCNICA

**Equipa de Referência da HelpAge:**

Ferdinando Almeida

Sydney Machafa

**Equipa de Pesquisa**

**Sansão Dumangane**-Pesquisador Principal

**Valdemar António:** Assistente de Pesquisa

**Título**

Avaliação de Meio-Termo

 Construindo a Responsabilização social para a Protecção Social em Moçambique

**Propriedade**

**HELPAGE MOÇAMBIQUE**

**Produção: 2015**



# LISTA DE ACRONÓMOS

AAVEDOS  **Associação para o apoio aos Idosos Desamparados**

ASADEC **Acção para o Desenvolvimento Comunitário**

APITE **Associação de Protecção do Idoso de Tete**

COV **Criança Órfã e Vulnerável**

DPMAS **Direcção Provincial da Mulher e Acção Social, (actualmente Direcção Provincial do Género, Criança e Accão Social)**

ENSSB **Estratégia Nacional de Segurança Social Básica**

HIV **Vírus de Imunodeficiência Humana**

INAS **Instituto Nacional de Acção Social**

PI **Parceiros de Implementação**

MCI **Monitoria Comunitária Independente**

MMAS **Ministério da Mulher e Acção Social (actualmente Ministério do Género, Criança e Accão Social)**

ONGs **Organizações Não-Governamentais**

PASD **Programa Apoio Social Directo**

PSSB  **Programa de Subsidio Social Básico**

PSCM-PS **Plataforma da Sociedade Civil Moçambicana - Protecção Social**

PS  **Protecção Social**

OSCs  **Organizações da Sociedade Civil**

SDSMAS  **Serviços Distritais de Saúde e Mulher e Acção Social**

# SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório apresenta os resultados da avaliação de meio-termo do projecto *Construindo a Responsabilização social para a Protecção Social em Moçambique*” implementado pela HelpAge em Coordenação com a Plataforma da Sociedade Civil Moçambicana para Protecção Social (PSCM-PS) desde o ano de 2013, nas províncias de Maputo, Gaza, Tete, Sofala, Zambézia, Manica, Nampula, Niassa.

A avaliação intermédia foi conduzida com o objectivo de verificar se as actividades implementadas dois anos depois estão começando a trazer a mudanças. Assim como, compreender, analisar e documentar os factores que estão a contribuir para mudanças e os que, tem efeito contrário (dificultando a mudança).

Em termos temporais, a avaliação de meio-termo cobriu os períodos de Setembro de 2013 até Dezembro de 2014 e, em termos geográficos cobriu três províncias e respectivo número de distritos, a saber: Gaza (Chókwe), Sofala (Dondo) e Nampula (Meconta).

Foi adoptada basicamente uma metodologia qualitativa de recolha e análise dos dados, onde as discussões em grupos focais, análise documental e entrevistas semi-estruturadas constituíram as principais fontes de dados. Complementarmente foi implementado um mini-inquérito com o propósito de capturar algumas percepções em volta da qualidade dos serviços prestados pelo Instituto Nacional de Acção Social (INAS).

A análise dos dados de forma isolada e cruzada, permitiu concluir:

**Eficácia**

1. Olhando para o quadro de planificação das actividades para o período 2013-2014, a luz do documento do projecto que orientou a fase piloto, os relatórios de progresso e dados recolhidos no terreno é possível compreender que as macro-actividades planificadas para o período (2013-2014) foram implementas acima de 75%;
2. Ainda é prematuro afirmar que as acções do projecto estão a contribuir directamente para a realização do Programa de Subsidio Social Basico (PSSB). Todavia, as acções implementadas na fase piloto contribuíram para o estabelecimento de um ambiente favorável para o efeito. Sobretudo porque as lideranças do INAS/MMAS reconhecem a relevância do projecto pelo facto de estar alinhado com os propósitos e objectivos da ENSSB;
3. Do lado dos utentes/beneficiários, o projecto está a contribuir para o aumento do nível de conhecimento sobre o sistema de funcionamento do PSSB, pois é possível visualizar e testemunhar algumas mudanças. O que constitui uma vantagem e, oportunidade de alavancar acções futuras que concorrem para o alcance do resultado esperado;
4. A falta de informação geral sobre o PSSB, associado a percepção de que o subsídio é um favor, desconhecimento das boas práticas de governação participativa e inclusiva entre os provedores limita a capacidade de engajamento entre os provedores e beneficiários. Estes factores se não forem corrigidos a curto prazo podem por em causa o alcance a eficácia do projecto.

**Eficiência na Recolha de Dados, Análise, Report e Qualidade dos dados**

1. Os parceiros de implementação estão alinhados em relação as etapas do ciclo de MCI. Porém, devido a falta de assistência por vezes os parceiros implementadores tornam-se criativos, por vezes sem cumprir com algumas recomendações metodológicas;
2. Os dados recolhidos são usados para informar e alimentar debates subsequentes a recolha de dados. Apenas foram verificados as fichas preenchidas, e não se fez um seguimento do roteiro do ciclo desde a fonte primária, todavia em relação as fichas analisadas de forma aleatório pode-se verificar alguma consistência o que pode sinalizar alguma qualidade dos dados;
3. Todos os parceiros já realizaram o exercício quase todas as etapas da MCI, porém destes apenas alguns ainda não realizaram o encontro de interfaceentre os provedores e utentes. Acrescentar que o quadro de resultados do projecto não prevê o estabelecimento de espaços de participação e influência política, como um *Outcome*. Todavia, os dados recolhidos permitiram compreender que os parceiros locais estão a reivindicar e institucionalizar novos espaços de participação e de influência da agenda de protecção social ao nível local.
4. As organizações parceiras não dispõem de capacidade para negociar um plano de acção com os governos distritais. Assim como, não estão capacitados para monitorar planos de acção acordados ao nível local.

**Coordenação do Projecto**

1. Os dados recolhidos no terreno revelaram que a coordenação e gestão do projecto durante o período em análise foram caracterizadas por alguns elementos de força e algumas fraquezas. Os relatórios de progresso consultados, permitem visualizar um relativo esforço em alinhar a intervenção em todo o ciclo de implementação (força).

Porém, ainda persistem aspectos por alinhar, como é caso da definição clara das tarefas de cada interveniente na cadeia de implementação, harmonização dos fluxos de report e canais de partilha de dados, gestão das parcerias.

1. Fraca assistência/apoio aos parceiros de implementação sobre o uso da metodologia e análise dos dados.
2. Forte colaboração do projecto com o INAS em toda a cadeia de implementação e, aceitação generalizada do projecto e dos parceiros implementadores em todos os distritos visitados;
3. Fraca ligação do projecto com outras iniciativas com foco para a responsabilização social implementadas nos distritos. Assim como, com as Instituições de Participação e Consulta Comunitária.

**Ligação do Projecto**

1. O projecto “*Construindo a Responsabilização social para a Protecção Social em Moçambique*” está alinhado ao quadro programático e estratégico da HelpAge, podendo desse modo contribuir para o alcance dos resultados da estratégia da HelpAge 2015. Sobretudo, para o resultado referente a expansão e contribuição para influencia o quadro de implementação de políticas de protecção social nos níveis nacional e local;

**Sustentabilidade do Projecto**

1. As acções implementadas na primeira fase estão a contribuir para aumentar o nível de conhecimento dos beneficiários sobre direitos, critérios de selecção e estratificação de escalões e respectivos subsídios por categoria de escalão.

# I. INTRODUÇAO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJECTO

O Projecto “*Construindo a Responsabilização social para a Protecção Social em Moçambique*” é um projecto implementado pela HelpAge em Coordenação com a Plataforma da Sociedade Civil Moçambicana para Protecção Social (PSCM-PS) desde o ano de 2013.

A intervenção está sendo implementada num contexto em que as organizações da sociedade civil moçambicana são consideradas frágeis, embora nos últimos três anos assiste-se uma melhoria em termos de capacidade de influenciar os processos de governação democrática em Moçambique. Pois, estes actores têm se preocupado cada vez mais em monitorar a implementação das Políticas públicas no país com o propósito de promover boas práticas de gestão da coisa pública, transparência e responsabilização social.

## I.1. Olhar Global Sobre a Proteção Social

As políticas de protecção social[[1]](#footnote-1) desempenham um papel fundamental na concretização do direito humano à segurança social para todos, reduzindo a pobreza e a desigualdade e apoiando o crescimento inclusivo ao promover o capital humano e a produtividade, apoiar a demanda doméstica e facilitar a transformação estrutural das economias nacionais (Kakwani, 2005[[2]](#footnote-2)).

Embora seja amplamente reconhecida a necessidade da protecção social, o direito humano fundamental à segurança social continua sem se concretizar para uma vasta maioria da população mundial. Apenas uma parcela de 27% da população global usufrui do acesso a sistemas de segurança social abrangentes, enquanto 73% têm cobertura parcial ou nenhuma. A falta de acesso à protecção social constitui um obstáculo importante ao desenvolvimento económico e social. A inadequação ou ausência de cobertura pela protecção social está associada a níveis elevados e persistentes de pobreza e insegurança económica, aumento das desigualdades, insuficiência de investimento em capital humano e capacidades humanas, bem como fraca demanda agregada. (Relatório Mundial sobre Protecção Social 2014-2015).

No entanto, apesar da tendência global para a extensão da protecção social, principalmente nos países de rendimentos médios, a eficácia dos sistemas de segurança social está em risco, em vários países, devido às medidas de consolidação e ajustamento fiscal (Idem).

A protecção social desempenha um papel importante na satisfação das necessidades específicas das pessoas com deficiência, no que diz respeito a segurança de renda, acesso a cuidados de saúde e inclusão social. Medidas efectivas para apoiar as pessoas com deficiência na busca e preservação de empregos de qualidade constituem um elemento fundamental das políticas pela inclusão e contra a discriminação, que ajudam a concretizar os direitos e as aspirações dessas pessoas enquanto membros produtivos da sociedade. Em complemento aos regimes contributivos, os benefícios não contributivos em caso de incapacidade desempenham um papel importante na protecção das pessoas com deficiência que (ainda) não tenham adquirido o direito nos regimes contributivos (OIT, 2013)[[3]](#footnote-3).

Adicionalmente, importa referir que o desempenho dos regimes de protecção social de natureza contributiva é influenciado por factores de natureza interna e externa as estruturas de gestão. A título de exemplo cenários em que para o cumprimento e efectivação das transferências as instituições dependem de financiamento externo que, por vezes é irregular. Ao nível interno, factores relacionados com governação, com enfoque para transparência, monitoria e prestação de contas são apontadas como podendo por em causa o desempenho e alcance dos resultados de um programa de protecção social.

O postulado acima referenciado ajuda a compreender que o Governo tem um papel chave na promoção da boa governação da segurança social. Quer para a garantia da transparência e desigualdades sociais entre os beneficiários, assim como, para a garantia da provisão de serviços de qualidade aos utentes. Esta última, alcançada, por um lado, quando os serviços são implementados numa lógica participativa, onde os beneficiários são envolvidos em toda a cadeia de implementação. Por outro lado, quando existem espaços e mecanismos que favorecem o engajamento dos utentes e provedores na identificação dos problemas e propostas de solução para a melhoria da qualidade dos serviços.

A análise sobre governação no contexto da protecção social de alguns autores como Niño-Zarazúa (2012), Holzmann (2009), citam a importância de considerar a transparência e equidade durante a fase de selecção dos beneficiários, como um condimento chave para a credibilidade das instituições provedoras de tais serviços. Para o efeito a divulgação atempada dos critérios de selecção, valor a ser transferido de acordo com os estatuto social, períodos de pagamento entre outros aspectos referenciados como importantes a considerar.

## I.2. Sinopse da Protecção Social em Moçambique

O sistema formal de PS que surgiu do nascimento de Moçambique como Estado moderno. Porém, as reformas, ao longo das últimas duas décadas de elevada dependência da ajuda externa, tem revelado fracos sinais de um crescimento endógeno, apontando para uma configuração da Protecção Social moderna, numa perspectiva inclusiva e dignificante (António Francisco e Gustavo, 2012).

No quadro das reformas do sistema administrativo do Estado iniciadas nos finais dos anos 90, o Governo de Moçambique em 2007 aprovou uma nova Lei de Protecção Social, esboçando um sistema de segurança social. Francisco, alega que a lei institucionaliza um sistema de segurança social assente em três pilares, nomeadamente: O primeiro pilar é fundamental para a protecção social, sob a direcção do Ministério da Mulher e Acção Social (MMAS), o segundo pilar é a segurança social no âmbito do Ministério do Trabalho e o terceiro pilar é constituído pelas iniciativas de protecção social complementar empreendidas por uma variedade de partes intervenientes, incluindo os sectores privados e voluntários (2012)

Ainda na senda das reformas da administração pública, no ano de 2010, o Governo de Moçambique lança a Estratégia Nacional de Segurança Social Básica 2010-2014, com o propósito de operacionalizar o Regulamento do Subsistema de Segurança Social Básica aprovado em 2009 e para harmonizar os diferentes instrumentos de actuação na área de segurança social básica. A Estratégia Nacional de Segurança Social Básica (ENSSB), para além de trazer uma nova abordagem de intervenção, institucionaliza um conjunto de princípios com o propósito de democratizar e tornar o sistema de Protecção Social transparente, inclusivo e orientado para a prestação de contas, como atestam alguns princípios orientadores das ENSSB:

1. ***Princípios de*** **Participação**, enaltecendo que a “*definição, implementação, monitorização e avaliação da estratégia assenta no envolvimento e responsabilização de todas as partes interessadas na protecção social básica, incluindo representantes dos beneficiários, organizações da sociedade civil, parceiros de cooperação e organismos do Estado”*;
2. ***Transparência e Prestação de contas*** prevendo que o “*sistema de protecção social básica deverá ser capaz de fornecer uma resposta adequada às diferentes necessidades de informação dos vários actores relevantes no âmbito da protecção social básica. A capacidade do sistema em o fazer é a base da participação e da sua legitimidade perante esses actores.*
3. ***Inclusão e participação****, a ENSSB têm o dever de prever a prestação de contas perante os seus beneficiários e a sociedade em geral*”.

O cruzamento destes dos princípios ajuda a compreender a perspectiva de responsabilização social que deve ser tomada em consideração durante a implementação de acções no campo da Proteção Social.

Para a operacionalização da Estratégia, foram desenhados quatro programas, nomeadamente: (i) Programa de Subsídio Social Básico (PSSB) com a componente de transferências sociais monetárias por tempo indeterminado; (ii) Programa de Apoio Social Directo; (iii) Programa Serviços Sociais da Acção Social; (iv) Programa Acção Social Produtiva.

Tomando os objectivos da avaliação tentamos apresentar de forma sinóptica o PSSB, por se tratar do foco da presente avaliação.

### *I.2.1. Programa de Subsídio Social Básico*

A luz da ENSSB, o PSSB surge em substituição do Programa de Subsídio de Alimentos (PSA), a luz da Estratégia Nacional de Segurança Básica (ENSB), a mudança de nome deste programa sustenta‐se no facto do Subsidio para além de satisfazer as necessidades alimentares, ser usado para outras necessidades básicas não alimentares (sabão, petróleo), a necessidade de investimento no capital humano sobretudo crianças, focalizando nos agregados familiares. E consistirá na atribuição de um valor monetário mensal aos agregados familiares sem membros com capacidade para o trabalho estimados em 378.000 agregados familiares, dos quais 97% chefiados por pessoas idosas, segundo dados do INE. (2010-2014)

No início da implementação os beneficiários recebiam um subsídio mensal de 250 Meticais. A partir de Agosto de 2013, os valores pagos aos beneficiários do PSSB sofreram um incremento. Assim, o valor mínimo a ser pago, é de 280 Meticais em relação aos anteriores 250 Meticais, valor corresponde a um agregado constituído por um individuo abrangido. Enquanto, o valor máximo a ser pago, sofreu ajuste dos anteriores 500 Mt, para os actuais 550 Mt. Valor transferido para o grupo de agregado familiar com 5 dependentes ou mais (PSCM-PS, 2014)

Em termos de categoria de beneficiários, destacam-se pessoas idosas; pessoas com deficiência e; pessoas com doenças crónicas e degenerativas (não acamados). Por sinal, o mesmo grupo-alvo do PSA. Razão pela qual os mecanismos, instrumentos e abordagem do PSSB, ainda são encarados pelos técnicos distritais dos Serviços Distrital de Saúde Mulher e Acção Social (SDMAS), no contexto do PSA, podendo desse modo dificultar alguma coordenação e divulgação dos mecanismos do PSSB (idem).

As transferências monetárias regulares por um período de tempo indeterminado, caracterizam a arquitetura de gestão do PSSB. Num contexto onde o Orçamento do Estado (OE) constitui a principal fonte de alocação do valor, associado as barreiras de descentralização tornam a gestão do PSSB, por um lado centralizada e pouco transparente, por outro lado, pouco eficiente e pouco permeável para prestação de conta.

Consciente das barreiras de implementação, de participação, transparência e prestação de contas, nos últimos anos Organizações da Sociedade Civil moçambicanas tem se engajado em iniciativas de monitoria e advocacia de políticas públicas em Moçambique. Acções implementadas com o propósito de promover e influenciar boas práticas de gestão da coisa pública, transparência e responsabilização social. Todavia, as experiências de monitoria da prestação de serviços públicos em Moçambique ainda são incipientes, em particular no campo específico da Protecção Social num contexto em que determinados grupos sociais sentem-se privados de direitos, e sem espaço para “fazer passar a sua voz” nos meandros dos espaços de tomada de decisão.

## I.3. Sobre o Projecto

### *I.3.1. Áreas Geográficas e Resultados*

Consciente do quadro e limitações para o alcance de uma cultura de boa governação no quadro da protecção social em Moçambique, a HelpAge em coordenação com a Plataforma da Sociedade Civil Moçambicana para a Protecção Social (PSCM-PS) está a implementar o projecto “*Construindo a Responsabilização Social Para a Protecção Social em Moçambique*” no período setembro de 2013 a Agosto de 2016.

O projecto através da abordagem de Monitoria Comunitária Independente prevê recolher a opinião de cerca de 6000 beneficiários sobre a qualidade de prestação de serviços e impactos do PSSB em colaboração com o INAS.

A intervenção está sendo implementado em 8 províncias, nomeadamente: Norte (Nampula e Niassa), Centro (Sofala, Tete, Zambézia, Manica) e, Sul (Gaza e Maputo), conforme apresentado na tabela 1.

 **Tabela 1**: Cobertura Geográfica do Projecto





Em termos de resultados o projecto espera alcançar, os seguintes:

1. Melhoria do programa de sensibilização / socialização entre o provedor de serviço e os beneficiários;
2. Uma maior apropriação do programa a nível comunitário tanto pelo governo local (incluindo Município) e o público em geral;
3. maior eficácia na implementação do programa por meio da capacitação dos beneficiários e provedores de serviços;
4. Melhor Posicionada a PSCM-PS de modo a fornecer informações relevantes do sector da Proteccao Social ao Governo e seus membros, e reportar as posições independentes as partes interessadas;
5. Demonstrar o valor acrescentado da “responsabilização” da protecção social tanto para a eficácia do programa e os objectivos de justiça social.

Espera-se igualmente que o projecto contribua para o alcance dos resultados da Estratégia Nacional do governo de Moçambique para a Segurança Social Básica, na medida em que as actividades estão alinhadas com o referido documento. Referir que para a fase piloto 2013-2014 o projecto definiu as seguintes actividades:

**Tabela 2**: Actividades Planificadas Setembro 2013-Dezembro 2014

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Período | Actividade Principal Planificada | Sub-Actividade Planificada |
| 2013 | **Preparação e Planificação**  | **Nível Nacional**: dois dias de reuniões (nacionais) nível nacional com as partes interessadas; partilhar Informação com o governo, partilhar experiências com as agência, ferramentas de projeto com base em informações necessidades e fluxo de informação lógica, esclarecer o ciclo de planificação dos trabalhos, concordam marcos para a aprendizagem |
| **Nível sub-nacional**: Cada agência realiza mapeamento da comunidade (feedback para a plataforma); local |
| **Desenvolvimento e pré-teste/ensaio da ferramenta** | Rever e refinar cartão de pontuação e ferramentas com plataforma a nível nacional |
| Ferramenta do cartão de pontuação Comunidade finalizada para análise nos níveis local, distrital e nacional |
| **Implementação do Cartão de Pontuação Comunitária e Estudos de Casos sobre métodos** | Cada agência implementa 'faseada piloto "nas respectivas comunidades ao longo de 3 ciclos de pagamento PSSB (ou seja, 3 ciclos de monitoria) Plataforma joga um papel na revisão, refinamento e aprovação dos manuais de campo e, das refina as ferramentas |
| Agregação dos dados, análise e lições  |
| **Revisão e expansão**  | Encontro de revisão, avaliação das operações da fase piloto, resultados e processos de aprendizagem das agências; plano para expansão e reflexão/ estratégias para o envolvimento do governo e atividades complementares (socialização e monitoria) |
| 2014 | **Implementação e expansão para 8 províncias** | Delimitação do estudo em 3 províncias, avaliação das capacidades e treinamento dos parceiros, comunidades; encontros com os actores chave, quatro ciclos de monitoria, disseminação e comunicação através dos médios; visitas de estudo, avaliação de Meio-Termo, advocacia nacional.  |

### *I.3.2. Abordagem de Implementação do Projecto e Actores*

**Lógica de Intervenção**

A implementação do projecto *Construindo a Responsabilização Social Para a Protecção Social em Moçambique*” adopta uma abordagem de implementação tridimensional, através da combinação de acções de mobilização social, monitoria comunitária e engajamento entre beneficiários e provedores. Conforme apresentado no esquema abaixo:

 **Figura 1:** Abordagem de Intervenção

As três dimensões interligam-se e jogam um papel relevante para a promoção da responsabilização social. Por exemplo, exercícios de monitoria comunitária independente (MCI) constituem um ponto de partida para a concretização das acções de engajamento (beneficiários e provedores), assim como constituem uma abordagem para captura de evidências sobre a qualidade de serviços. (HelpAge, 2013).

Aspecto interessante a considerar reside no facto, do projecto estar assente num exercício sistemático de MCI, onde uma amostra dos beneficiários do PSSB é selecionado para avaliar a qualidade dos serviços prestados pelo Instituto Nacional de Acção Social (INAS), com recurso ao Cartão de Reporte dos Cidadãos (CRC).

O CRC é um inquérito que oferece às instituições públicas uma visão quantitativa das percepções dos utentes dos serviços públicos sobre a qualidade dos serviços, sua eficácia e adequação. O CRC difere do inquérito tradicional pois tem inerente, acções de disseminação e integração dos resultados no sistema público. Isto torna-os em ferramentas eficazes para exigir prestação de contas públicas. O CRC é desenhado para: (i) obter retorno dos cidadãos em relação aos serviços públicos por si usados; (ii) avaliar o desempenho dos serviços públicos de forma individual (por exemplo, hospitais, escolas, serviços de notariado, repartições das finanças, etc.) e; (iii) gerar retorno/dados sistemáticos que possam ser disponibilizados ao público. (Banco Mundial, s/d).

A implementação do CRC é feita preferencialmente por via de inquéritos ou questionários. O projecto adoptou o CRC para conduzir a componente de MCI, onde foram selecionadas um leque de 12 perguntas com o propósito de medir a percepção e o grau de satisfação dos utentes.

**Actores Implementadores**

A coordenação e gestão técnica do projecto é da responsabilidade da HelpAge e PSCM-PS, respectivamente. A operacionalização ao nível provincial é feita através de Organizações da Sociedade Civil com experiência de implementação de acções na área da protecção social. Referir que as pessoas da terceira idade são a constituência principal de algumas das organizações, a tabela 1 ilustra as organizações responsáveis pela implementação ao nível das províncias.

O esquema abaixo apresenta os papéis e responsabilidades das diferentes categorias de actores envolvidos na cadeia de coordenação e implementação ao nível:

**Gráfico 1**:Papéiis e responsabilidades da equipa de implementação local

|  |  |
| --- | --- |
| * Relações com o doador; gestão financeira e report
* Coordenação dos encontros trimestrais
* Apoio Técnico a PSCM-PS e parceiros
* Coordenar a capacitação aos parceiros incluindo a PSCM-PS (estudos, visitas de campo, mentoria e produção de materiais)
* Coordenar a produção de materiais e avaliações
* Coordenar a produção e disseminação de aprendizagem
* Coordenar a ligação com campanhas internacionais e regionais sobre PS e redução da pobreza

**HelpAge Moçambique*** Consciencialização comunitária e educação sobre direitos
* Recolha de dados e retroalimentação
* Facilitação da planificação distrital
* Advocacia ao nível distrital e provincial
* Manter relações com os governos distritais e provincial
 | * Ao nível distrital apoio na recolha de dados e participar no processo de desenho de planos de acçao
* Abertura e comunicação com os parceiros do projecto para ponto de situação
* Participação nos encontros com actores-chave no nível provincial e nacional
* Monitoria conjunta e revisão das actividades do projecto

**PSCM-PS*** Liderança da componente de influ6encia e advocacia nacional
* Desenvolvimento e manutenção da ligação entre os actores-chave e MMAS e INAS
* Monitoria e Advocacia provincial
* Recolha, análise e produção de evidências recolhidas no campo
* Coordenação com a Plataforma Africana e outros fóruns
* Comunicação e relação com a média
* Novos parceiros (implementação, colaboração e financiamento)
 |
| **Parceiros de Implementação** **AAVEDOS, ASADEC, VUCOXA, APITE, FAMOD, RAVIM, Save The Children, Kubatsirana** | **Instituições do Governo** **INAS****MMMAS** |

O documento está estruturado em 5 partes, nomeadamente: I introdução e contextualização do projecto; II os objectivos; III é apresentada a metodologia adoptada para avaliação de Meio-Termo; IV os resultados da avaliação, construída com base na análise documental e recolha de dados empíricos; V as conclusões e as principais recomendações.

# II. OBJECTIVOS E PARAMETROS DA AVALIAÇÃO

## II.1. Objectivo Geral

A avaliação intercalar tem como objectivo verificar se as actividades implementadas dois anos depois estão começando a trazer a mudanças. Assim como, compreender, analisar e documentar os factores que estão a contribuir para mudanças e os que, tem efeito contrário (dificultando a mudança).

## II.2. Parâmetros da Avaliação

**Eficácia**: para avaliar, se o programa está sendo implementado para a realização do seu objectivo de contribuir para a realização do Programa de Transferência de Renda do governo para pessoas idosas (PSSB);

**Eficiência virada para monitoria**: avaliando se, o sistema de monitoria independente é eficiente em termos de fluxo de informações, qualidade dos dados, custo e outros fatores.

**Coordenação**: para avaliar o nível de coordenação do programa entre os parceiros, PSCM-PS e HelpAge. Podendo desse modo compreender e recomendar linhas de força para acções de advocacia conjunta;

**Ligações**: para compreender por um lado, em que medida o programa está alinhado e contribuiu para alcance dos resultados da estratégia HelpAge (2015). Por outro lado, para avaliar o nível de sinergias do projecto com outras estruturas nacionais e regionais;

**Sustentabilidade**: para compreender se existem indicações preliminares dos resultados do programa para ser sustentáveis para além da vida do programa e avaliar as estratégias de saída que tem sido posto em prática pelo programa para contribuir para a sustentabilidade.

# III.METODOLOGIA

A avaliação de Meio-Termo adoptou uma abordagem que combinou metodologia qualitativa e quantitativa de recolha e análise dos dados.

## III.1. Recolha de Dados

A recolha de dados nos três distritos foi conduzida em 7 dias. Durante este período foram visitados três localidades Chókwe-Macaretane, Dondo-Mutua e Meconta-Nacavala. O exercício de recolha de dados foi liderado pelo pesquisador principal, com assistência de um assistente de pesquisa que se responsabilizou pela recolha dos dados em Meconta.

A Revisão documental, entrevistas semiestruturadas, discussões em grupos foram as técnicas adoptadas para a recolha de dados qualitativos. E um mini-inquérito administrado para capturar os dados quantitativos.

### *III.1.1.Revisão de Literatura*

Conforme sugerido nos Termos de Referência, a revisão de literatura constituiu a primeira etapa do trabalho. Diferente categoria de documentação foi consultada, com destaque para: documento do projecto, relatórios de progresso, estratégia da HelpAge. Para além dos documentos informativos do projecto, estudos conduzidos na área, políticas e estratégias sectoriais alicerçaram toda análise documental. Para buscar referência específicas ver **a secção Bibliografia Consultada**.

A análise preliminar da documentação/literatura permitiu compreender: (i) as dinâmicas da protecção social em Moçambique em particular nas províncias cobertas pelo estudo; (ii) compreender melhor o projecto com enfoque para abordagem de implementação, objectivos, *stakeholders* envolvidos, abordagem de intervenção entre outros aspectos; (iii) relevância do projecto a luz do quadro estratégico da HelpAge e de outras estruturas e; (iv) quadro legal e programático sobre a protecção social em Moçambique.

Importa também destacar o contributo da análise da leitura para o desenho das ferramentas qualitativas e quantitativas de recolha de dados.

### *III.1.2. Entrevistas com Informantes-Chave*

Através das Entrevistas Semi-estruturadas, foi possível recolher dados junto dos provedores e equipa de implementação ao nível local. Foram entrevistados os coordenadores das organizações implementadoras ao provincial, os técnicos do INAS responsáveis pelo PSSB nos distritos abrangidos, o pessoal da PSCM-PS e equipa da HelpAge Moçambique. As entrevistas foram implementadas com o propósito de compreender a eficácia, eficiência do projecto e compreender a percepção dos provedores de serviço sobre o seu desempenho, dinâmicas locais do PSSB, a relevância e aspectos relativo a sustentabilidade do projecto. Assim como, permitiram compreender o nível de coordenação e as sinergias do projecto com outras intervenções similares implementadas no nível nacional e sub-nacional.

**Tabela 3** :Entrevistas individuais

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Província | **Maputo** | **Gaza** | **Sofala** | **Nampula** |  |
| Distritos | **Cid Mapto** | **Chókwe** | **Dondo** | **Meconta** | **Total** |
| Coordenação  |  |  |  |  |  |
| HelpAge (Gestor Programa e M&A) | 1 | N/A | N/A | N/A | 1 |
| Representante da PSCM-PS | 1 | N/A | N/A | N/A | 1 |
| Provedores e Parceiros |  |  |  |  |  |
| Técnicos do INAS |  | 2 | 1(Beira) | 1 | 4 |
| Representante da OCB Implementadora |  | 1 | 1 | 1(Nampula) | 3 |
| Equipa HelpAge |  |  |  |  |  |
| TOTAL | **2** | **3** | **2** | **2** | **9** |

### *III.1.3.Discusão em Grupo Focal*

O presente estudo entende os Grupos Focais de Discussão (GFD) como sendo discussões que envolvem simultaneamente entre 8 a 10 pessoas, onde os membros do grupo falam livre e espontaneamente sobre tópicos específicos constantes num guião previamente elaborado. Os grupos focais envolveram, essencialmente os beneficiários da intervenção, com o propósito de compreender, por um lado, a relevância, sustentabilidade do projecto. Por outro lado, para capturar a percepção dos beneficiários em volta da cadeia do PSSB, limitações entre outros aspectos. Todas as sessões de GFD foram guiadas com recurso a um guião.

A selecção dos participantes para os GFD foi com base no julgamento. Pois, a abordagem de amostra não probabilística por julgamento permite que a equipa de pesquisa possa usar o seujulgamento para seleccionar os membros da população que são boas fontes de informação.

![C:\Users\Sansao\AppData\Local\Microsoft\Windows\INetCache\IE\NPSVYSWS\20150227_145851[1].jpg]()![C:\Users\Sansao\AppData\Local\Microsoft\Windows\INetCache\IE\0CE65JY3\IMG_0781[1].JPG]()

**Fotografia 1 & 2:** GFD Beneficiários Chókwe e Mutua

Os grupos de discussão foram conduzidos na íngua local, facilitados pelo pesquisador principal e apoiado na tradução pelo monitor de campo da VUCOXA em Chókwe e coordenador da ASADEC em Mutua. Em Nampula o processo de recolha de dados foi conduzido pelo assistente de pesquisa contratado para o efeito, uma vez que este tem domínio da língua local.

**Tabela 4**: Amostra Grupos de Discussão Focal

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Província | **Gaza** | **Sofala** | **Nampula** |  |
| Distritos | **Chókwe** | **Dondo** | **Meconta**  | **Total** |
| Utentes dos Serviços  |  |  |  |  |
|  Beneficiários | 1 | 2 | 2 | 5 |
| TOTAL | **1** | **2** | **2** | **5** |

### *III.1.4. Mini Inquérito*

Para complementar os dados qualitativos, foi administrado um mini inquérito que cobriu 40% dos participantes de cada grupo de discussão focal. Isto é, no final de cada sessão de grupo focal de discussão o facilitador seleccionou um número equivalente a 40% dos participantes para preenchimento de um inquérito.

![C:\Users\Sansao\AppData\Local\Microsoft\Windows\INetCache\IE\0CE65JY3\20150227_145040[1].jpg]()

 **Fotografia 3:** Administração do Mini-Inquérito Chókwe

Os dados recolhidos através do mini inquérito permitirá contextualizar e melhor enquadrar e, trazer alguma quantificação a percepção geral dos beneficiários, especificamente a relevância e qualidade de serviços prestados pelo INAS (subsídio). As perguntas do mini inquérito procuraram seguir o quadro das perguntas CRC administrado no âmbito da MCI.

 **Tabela 5** : Beneficiários que Responderam o Mini-Inquérito

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Província | **Gaza** | **Sofala** | **Nampula** | **Total** |
|  | **Chókwe-Macaretane** | **Dondo-Mutua** | **Meconta-** |
| Distritos | **H** | **M** | **H** | **M** | **H** | **M** |  |
| Pessoas Inquiridas | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 12 |
| TOTAL | **2** | **2** | **2** | **2** | **2** | **2** | **12** |

## III.2. Cobertura Geográfica e Critérios de Inclusão e Exclusão

**Áreas Geográfica e População Alvo**

A avaliação cobriu uma província em cada uma das regiões do país. Na região sul (Gaza-Chókwe/Macaretane), centro (Sofala-Dondo/Mutua) e norte (Nampula-Meconta/Nacavala). A definição dos distritos tomou em conta as áreas abrangidas pelo projecto.

**Critérios de Inclusão e Exclusão**

|  |
| --- |
| **Critérios de Inclusão** |
| Beneficiários do PSSB  | 1. Homem e mulher adulto beneficiário do PSSB
2. Homem e mulher adulta/o que até a data da avaliação estão registados e se beneficiando do PSSB
3. Homem e mulher que aceitam participarem na avaliação
4. Líderes locais
 |
| Técnicos do INAS  | 1. Técnico do INAS que trabalha no distrito alvo a mais de 2 anos;
2. Técnico que aceita participar na avaliação
 |
| Representante de OCB parceira | 1. Membro/colaborador da organização parceira no distrito
 |
| **Critérios de Exclusão**  |
| 1. Não ser residente no distrito
2. Técnico do INAS afecto aos serviços a menos de 2 anos
3. Recusa de prestar algum depoimento
 |

## III.3. Processamento e Análise dos Dados

A análise dos dados foi realizada nas semanas subsequentes à finalização da recolha de dados e compilação dos relatórios de trabalho de campo. O processo de análise de dados para além de classificar e observar as tendências, variações e características das informações fornecidas, interpretar os seus significados e implicações mais específicas e as mais gerais em relação ao contexto do PSSB. Também, procurou analisar e comparar dimensões específicas entre os dados capturados entre os entrevistados.

Os dados quantitativos recolhidos através do mini inquérito foram sistematizados e processado numa base de dados Excel. E informaram o processo de tabulação cruzada.

Adicionalmente o exercício de análise adoptou uma abordagem que observou dois momentos, a saber: (a) análise isolada dos dados recolhidos em cada espaço geográfico, (b) análise combinada onde a comparação das tendências e frequências dos dados recolhidos nos três sites.

## III.4. Limitações e Constrangimentos

A análise da eficiência solicitada estava orientada para avaliação da qualidade dos dados recolhidos em toda a cadeia de implementação da Monitoria Comunitária Independente (MCI). O que requeria adopção de técnicas e ferramentas de *Data Quality Assessment* (DQA), todavia devido ao curto espaço de tempo acordado para a recolha de dados não foi possível conduzir um exercício de avaliação da qualidade de dados. Por isso, a limitação de trazer constatações e recomendações profundas em relação a qualidade dos dados recolhidos. Porém, pela natureza do exercício seria importante conduzir estes exercícios no futuro.

# IV. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Nesta secção são apresentados os resultados da avaliação de Meio-Termo. Os dados apresentados são a combinação de dados recolhidos nos relatórios de progresso e nos distritos abrangidos. Para uma melhor compreensão, os resultados são apresentados em 5 subsecções a luz dos TdRs, a saber: (IV.1.) Eficácia, (IV.2) Eficiência, (IV.3.) Coordenação, (IV.4.) Ligação e, (IV.5) Sustentabilidade.

## IV.1. EFICÁCIA DO PROJECTO

**Eficácia**: para avaliar, se o programa está sendo implementado para a realização do seu objectivo de contribuir para a realização do Programa de Transferência de Renda do governo social para pessoas idosas (PSSB);

### IV.1.1. Desempenho do Projecto a Luz das Actividades Planificadas 2013-2014

A luz do documento do projecto, um conjunto de macro-actividades foram planificadas para o período em análise. A tabela 6 apresenta o conjunto de macro-actividades planificadas.

**Tabela 6**: Desempenho do Projecto Setembro 2013-Dezembro 2014

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Período** | **Actividade Principal planificada** | **Sub-Actividade planificada** | **Ponto de Situação**  |
| 2013 | **Preparação e Planificação**  | **Nível Nacional**: dois dias de reuniões (nacionais) nível nacional com as partes interessadas; partilhar Informação com o governo, partilhar experiências com as agência, ferramentas de projeto com base em informações necessidades e fluxo de informação lógica, esclarecer o ciclo de planificação dos trabalhos, concordam marcos para a aprendizagem | Actividade foi realizada em tres momentos apresentação do projecto em Outubro de 2013, e encontro nacional de planificação em Novembro de 2013. Em 2014 Julho foi feita apresentação dos resultados da MCI na semana da protecção social. |
| **Nível sub-nacional**: Cada agência realiza mapeamento da comunidade (feedback para a plataforma); local | 15 comunidades foram mapeadas em cinco províncias (Maputo, Sofala, Tete, Zambézia e Nampula). Posteriormente estendido a Niassa, gaza, e Manica totalizando 28 comunidades. |
| **Desenvolvimento e pré-teste/ensaio da ferramenta** | Rever e refinar cartão de pontuação e ferramentas com plataforma a nível nacional | Ferramenta revista e ajustada tendo em conta as contribuições do INAS nos dois encontros nacionais |
| Ferramenta do cartão de pontuação Comunidade finalizada para análise nos níveis local, distrital e nacional | Modelo de relatório da pontuação comunitária foi revisto. Assim como, foram desenhados as ferramentas de recolha de dados e base de dados excell.  |
| **Implementação do Cartão de Pontuação Comunitária e Estudos de Casos sobre métodos** | Cada organização parceira implementa de forma 'faseada piloto "nas respectivas comunidades ao longo de 3 ciclos de pagamento PSSB (ou seja, 3 ciclos de monitoria) Plataforma joga um papel na revisão, refinamento e aprovação dos manuais de campo e, das refina as ferramentas | Estavam previstos 3 mais, foram realizados 4 ciclos de recolha de dados foram implementado em cinco províncias (305 respondentes em 15 comunidades foram entrevistados e 10 Grupos Focais de Discussão foram conduzidos ate Junho de 2014. Deste período a Dezembro de 2014, foram entrevistados mais 800 beneficiarios, nas 7 provincias com excepção de Zambezia, onde a Save the Children International interrompeu as actividades da MCI ao PSSB em Junho de 2014, e ate ao presente não foi encontrado um parceiro local para dar continuidade ao trabalho.. |
| Agregação dos dados, análise e lições  | Vários encontros entre a PSCM-PS e HelpAge para análise dos dados foram realizados. |
| **Revisão e expansão**  | Encontro de revisão, avaliação das operações da fase piloto, resultados e processos de aprendizagem das agências; plano para expansão e reflexão/ estratégias para o envolvimento do governo e atividades complementares (socialização e monitoria) | Visitais efectuadas pela HelpAge e PSCM-PS as províncias de Gaza, sofala, Tete, Nampula, e Niassa respectivamente. Sendo que a visita para Niassa com co-financiamento da Concern Universal. Para as províncias de Niassa, Gaza e Manica foram realizadas viagens de identificação de parceiro, e a respectiva capacitação relativa a MCI ao PSSB. |
| 2014 | **Implementação e expansão para 8 províncias** | Delimitação do estudo em 3 províncias, avaliação das capacidades e treinamento dos parceiros, comunidades; encontros com os actores chave, quatro ciclos de monitoria, disseminação e comunicação através dos médios; visitas de estudo, avaliação de Meio-Termo, advocacia nacional.  | Desenhados os TdRs e contratado consultor para a condução da Avaliaçao de Meio-Termo do Projecto.  |

Olhando para o quadro acima permite compreender que as macro-actividades planificadas para o período piloto (2013-2014) foram implementas. Adicionalmente, actividades de institucionalização do projecto e, partilha dos resultados e lições da monitoria comunitária independente foram implementadas entre o período 2013-2014.

Apesar do relativo cumprimento das actividades implementadas, importa destacar que actividades de visibilidade, documentação de histórias de sucesso e Mudanças Mais Significativas (MMS) ainda não estão sendo consideradas na cadeia de implementação das actividades do projecto. Foram referenciadas a realização de visitas de estudos para troca de experiência interprovincial o que, constitui uma boa prática de gestão de intervenções de base comunitária, todavia, não foi possível aferir quais os parâmetros/objectivos que orientaram a eleição de uma província ou intervenção visitada. Com isto, gostaríamos de recomendar que exercícios de troca de experiência devem ser informados por estudo de casos, se partirmos do pressuposto que a troca de experiência é uma ferramenta com a finalidade de aprendizagem e reforço das capacidades dos monitores.

### IV.1.2. Percepção da Eficácia a Luz dos Provedores

A eficácia do projecto entre os provedores é fundamentada a luz dos dispositivos legais e programáticos nacionais que, orientam intervenções na área de protecção social em Moçambique. Daí que os mesmos consideram que as acções implementadas no âmbito do projecto em análise encontram sustento no quadro legal e programático moçambicano, conforme mostram os excertos apresentados na tabela abaixo:

A Política da Acção Social aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 12/98 de 9 de Abril prevê a intervenção de diferentes sectores governamentais e não-governamentais no atendimento dos grupos alvo mais vulnerável. Lei nº 4/2007, de 07 de Fevereiro, Lei reguladora da protecção social em Moçambique, prevê a intervenção de outros sectores e não apenas do MMAS no que se refere a garantia da segurança social básica. Deste modo, alguns sectores governamentais, com destaque para os das áreas sociais, mas não excluindo os da área produtiva, têm programas específicos de assistência social aos grupos mais vulneráveis que contribuem em grande medida para a protecção social básica dos beneficiários.

**Fonte**: Estratégia Nacional de Segurança Social Básica 2010-2014

É na senda do exposto acima, que os provedores (Técnicos do INAS e Delegados/as) sustentam a contribuição do projecto para as suas acções. Os provedores entrevistados fizeram referência a um conjunto de actividades implementadas no âmbito do projecto que estão a contribuir para a realização do Programa de Transferência de Renda do governo social para pessoas idosas no âmbito do PSSB.

Especificamente os entrevistados do lado do provedor, consideram que as actividades de:

1. mobilização e sensibilização dos beneficiários para se fazerem presente no dia e hora combinada para o pagamento, por um lado tem estado a contribuir para a redução das ausências/faltas no dia de pagamento; por outro lado estas sensibilizações também estão a reforçar a consciência entre os beneficiários da necessidade de comunicar ao Permanente ou ao par em caso de ausência no dia de pagamento;
2. consciencialização dos beneficiários sobre a importância de usar o subsídio de forma racional está contribuir para a melhoria da higiene dos beneficiários porque segundo os entrevistados na zonas de intervenção dos parceiros de implementação do projecto começa-se a perceber que alguns beneficiários aplicam parte do valor para compra de detergente para higiene pessoal e lavar a roupa;
3. recolha de dados no âmbito da MCI ajuda o INAS a capturar numa base regular a percepção dos beneficiários em volta do subsídio o que por um lado, ajuda a construir os conteúdos das palestras facilitadas pelos técnicos do INAS nas sessões antes de iniciar o pagamento, constituem algumas das contribuições do projecto que estão a contribuir para o reforço do Programa de Transferência de Renda do governo de Moçambique.

Além dos aspectos de natureza operacional acima referenciados, a contribuição do projecto no quadro do alcance do programa de transferência de renda, é considerado relevante também pelo facto dos objectivos do projectos estarem alinhados aos objectivos da ENSSB 2010-2014.

*“Olhando para aquilo que são políticas da HelpAge no âmbito de proteção social em Moçambique e aquelas que são políticas de proteção social em vigorar em Moçambique, eu penso que em quase nada se distanciam, razão pela qual temos a HelpAge como parceiro, porque estamos a falar a mesma linguagem. Por um lado está o INAS e do outro lado esta a HelpAge” (Delegado do INAS, Nampula)*

*“A Help fala de inclusão social e INAS defende essa inclusão social, as políticas de proteção social básica em Moçambique defende essa inclusão que hoje a HelpAge traz como tónica. Então, é ai onde encontramos o cruzamento entre aquilo que é a filosofia de trabalho da HelpAge e a filosofia de trabalho do INAS dentro daquilo que é política de proteção social básico em moçambique” (Delegada INAS, Sofala)*

De modo geral, os entrevistados do lado dos provedores pouco abordam a eficácia vs relevância do projecto numa perspectiva de responsabilização social, no sentido de como este está contribuir para os tornar mais “*transparentes, abertos e conscientes da necessidade de prestarem contas para as suas audiências*”. Esta limitação pode estar a sinalizar alguma fragilidade em termos de abordagem de implementação do projecto, no sentido de que as acções de responsabilização social são entendidas e implementadas num único sentido, isto é, do beneficiário para provedor. Não havendo acções de reforço da consciência dos provedores sobre a importância de ser mais transparentes, permeáveis e consciente da necessidade de prestarem contas.

Portanto, acções de reforço da capacidade dos provedores na componente de governação local, com enfoque para transparência e prestação de contas devem ser considerados na segunda fase de implementação do projecto. Este reforço pode ser implementado com recurso a produção e disseminação de material de IEC que aborda a questão dos direitos e deveres dos técnicos do INAS e beneficiários no contexto do PSSB e, a importância de acções de engajamento entre provedor e beneficiário. As evidências recolhidas durante o primeiro ciclo da MCI podem ser usados para informar a produção dos respectivos conteúdos.

### IV.1.3. Percepção da Eficácia a Luz dos Beneficiários

Nesta secção faz-se o mesmo exercício conduzido na secção anterior, cujo propósito consiste em apresentar a perceção dos beneficiários, em volta da contribuição do projecto para a realização da Transferência de Renda do governo para pessoas idosas. Especificamente, procura-se compreender até que ponto o projecto na primeira fase contribuiu para aumentar o nível de conhecimento dos beneficiários, disponibilização de informação sobre o sistema do PSSB e, despertar a consciência de cidadania, participação e engajamento.

O PSSB está sendo implementado num contexto onde os beneficiários das transferências monetárias e potenciais famílias beneficiárias dependem dos líderes locais e no Permanente[[4]](#footnote-4). Associado a falta de informação clara sobre a natureza do programa, com enfoque para os critérios de elegibilidade, valores a receber, direitos e responsabilidades dos diferentes *stakeholders*. Os dados também ajudaram a compreender que entre os beneficiários existe uma percepção generalizada de que o subsídio é um “favor” e não direito. Esta constatação também, constatada em estudos conduzidos em Moçambique sobre as dinâmicas da protecçao associal, como é o caso de Francisco (2012)[[5]](#footnote-5) e Selvester et al (2012)[[6]](#footnote-6).

A conjugação da falta de informação e esta percepção de “favor” justificam a limitada capacidade dos beneficiários de se envolverem em acções de engajamento para demandar a prestação de contas.

**Conhecimento e Acesso a Informação Para Acção**

Os dados recolhidos junto dos beneficiários nos três distritos, permitiram compreender que dois anos depois da implementação do projecto, ainda persiste a falta de conhecimento e acesso a informação sobre o sistema operacional do PSSB. Nos casos em que os beneficiários mostraram algum conhecimento ainda não é consistente e completo.

A maioria dos beneficiários selecionados para participar nos GFD, faziam parte do escalão que aufere 280 Meticais. Sabiam que o subsídio é transferido pelo governo, mas não sabiam porque o governo transfere tal subsídio. Assim como, não sabiam os critérios de selecção dos beneficiários.

 **Gráfico 2**: Nível de Conhecimento sobre Valor que Recebe vs Escalão

O gráfico 1, mostra que do total das pessoas que responderam o mini inquérito, a maioria (em Chókwe/Macaretane e Nampula/Nacavala) não sabem se valor que recebe está e acordo com os seu escalão. Em Mutua o cenário é diferente e pode estar relacionado com o facto do parceiro implementador ter revelado um avanço em termos de implementação do ciclo de MCI. Na medida em que estes, inclusive já realizaram o encontro distrital.

O cenário acima pode estar associado ao facto do projecto ainda estar a concentrar esforços de recolha de evidências através do inquérito no âmbito do MCI, ao invés de disseminação de conhecimento sobre o sistema e funcionamento do PSSB. Assim, para a segunda fase recomenda-se a produção de material de IEC sobre o PSSB devendo tomar sempre em consideração todas as categorias de beneficiários do projecto.

Os dados recolhidos, também ajudaram a concluir que entre os beneficiários existe um conhecimento generalizado que o subsídio é dirigido para população vulnerável, com enfoque para idosos, viúvas e, crianças órfãs. O que já é positivo, na medida em que compreende-se que o projecto tem estado a complementar os esforços do INAS na disseminação de informação sobre o grupo-alvo do PSSB, mas ainda não está a contribuir para o aumento do conhecimento sobre os critérios de selecção dos beneficiários.

Também, percebe-se que os beneficiários têm o domínio dos critérios básicos de identificação e selecção do Permanente. Referir que inclusive foi referido num dos GFD que o Permanente não pode ser alguém nomeado pelo chefe da localidade, mas sim pela comunidade.

*Nós sabemos que o Permanente tem que ser alguém daqui da zona e com respeito e sabe falar com o idoso……nós é que escolhemos o nosso Permanente (Idoso, Participante GFD Meconta)*

O facto de o Permanente ser eleito entre várias individualidades da comunidade, é rotulado de chefe. É considerado chefe, porque o consideram aquela pessoa que ajuda a resolver os problemas dos beneficiários, intermedeia o processo de pagamento em caos de ausência de alguém no dia de pagamento.

Apesar do conhecimento dos critérios gerais de selecção dos beneficiários, foi possível compreender que entre os beneficiários reina um potencial de solidariedade para com os outros potenciais beneficiários não eleitos. Por isso, entre o grupo em Mutua, os participantes questionaram a periodicidade dos exercícios de levantamento e mapeamento de novos potenciais beneficiários, conduzidos pelo INAS. Este aspecto, para além do aspecto de solidariedade, pode estar a revelar uma pré-consciência dos beneficiários sobre a importância da prestação de contas e responsabilização por parte dos provedores (INAS).

**Consciência de Cidadania, Participação e Engajamento**

Apesar da constatação acima os beneficiários reconhecem que com a implementação do projecto, passaram a aceder a informação adicional sobre o sistema operacional do PSSB, com enfoque para os critérios de selecção e responsabilidades do permanente.

*Hoje estamos felizes porque percebemos que este dinheiro que nós recebemos afinal tem dono, porque já recebemos alguma visita deste monitor que nos ensina como podemos usar o dinheiro que recebemos (Idosa, Participante GFD, Chókwe)*

Apesar do reconhecimento do contributo do projecto, sobretudo no concernente a figura do Permanente, ainda persiste entre alguns beneficiários a ideia segundo a qual o pagamento depende da figura do Permanente. Isto é, o pagamento atempado e atraso do pagamento é ditado pela mera vontade do Permanente.

A falta de informação geral sobre o PSSB, associado a percepção de que o subsídio é um favor, desconhecimento das boas práticas de governação participativa e inclusiva entre os provedores limita a capacidade de engajamento entre os provedores e beneficiários. Estes factores se não forem corrigidos a curto prazo podem por em causa o alcance a eficácia do projecto.

### IV.1.5. Percepção Sobre Mudanças vs Boas Práticas

A análise das mudanças resultante de programas de advocacia e monitoria de políticas tende a ser difícil de medir. Todavia, nesta secção procura-se apresentar aspectos relacionados com conhecimentos, práticas e atitudes positivas que podem ajudar a visualizar tendências de mudança entre os provedores e beneficiários como resultado da implementação do projecto em formato de histórias.

**Caixa 1: Boa Prática de Participação Comunitária na Selecção do Permanente**

Em 2014 Mutua reportou a inoperância do Permanente, a Delegada do INAS recomendou para a substituição da Permanente. O Conselho da Localidade indicou uma figura local, os beneficiários não aceitaram e recomendaram para a realização de uma eleição. Após a recusa da comunidade, duas pessoas e candidataram, sendo que uma foi considerada não reunir as condições requeridas, sobretudo pelo facto de ser alguém muito má e sem amor aos idosos.

**Caixa 2: Boa Prática de Participação Comunitária na Definição do Local de Pagamento**

Os beneficiários da localidade de Chate, residentes nos bairros 1, 2 e 3 recebiam o subsídio no mesmo local. Sendo que os beneficiários dos bairros 2 e 3 eram os mais beneficiados pelo facto de residirem ao redor do local de pagamento. Os beneficiários conscientes da distância percorrida pelos beneficiários do bairro, 1, numa das sessões de devolução, propuseram que o INAS identificasse um local no bairro 1, onde os beneficiários do mesmo bairro pudessem receber o subsídio. O monitor da Vucoxa encaminhou esta preocupação para os técnicos do INAS e estes, sob orientação da Delegada identificaram um local no bairro 1 para o pagamento dos beneficiários residentes naquele bairro.

## IV.2. EFICIÊNCIA DO PROJECTO

**Eficiência virada para monitoria**: avaliando se, o sistema de monitoria comunitária independente é eficiente em termos de fluxo de informações, qualidade dos dados, custo e outros fatores.

### IV.2.1. Ciclo da Monitoria Comunitária Independente e a Qualidade de Dados

Nesta secção é feita uma descrição e análise do ciclo de MCI, onde procura-se compreender como é implementada cada uma das etapas de forma isolada e combinada. Assim como, faz-se menção a qualidade dos dados recolhidos por via dos diferentes instrumentos.

O acto de acompanhar ou controlar a execução de uma acção, projecto, programa ou política pública deve ser entendida como um exercício de monitoria. No âmbito da governação a monitoria consiste na recolha sistemática de dados ou informações, com base em indicadores previamente definidos, para verificar de que forma as autoridades estão a implementar as acções que se comprometeram a realizar nos seus planos. A transparência e prestação de contas são duas variáveis a ter em conta no exercício da monitoria da governação (MASC, 2010).

A luz do documento do projecto compreende-se que o ciclo da MCI compreende 4 etapas cruciais que, são implementadas num período não superior a três meses conforme o esquema apresentado abaixo:

A abordagem da MCI, implementada pelos membros do consórcio adopta uma abordagem cíclica com o propósito de medir a percepção dos beneficiários do PSSB sobre a qualidade e impacto dos serviços, a recolha de dados é feita com recurso a um inquérito de 12 perguntas fechadas. Até Dezembro de 2014, cerca de **920** beneficiários inqueridos (**259** Homens & **661** Mulheres).

**Tabela 7**: Desagregação dos Beneficiários Inqueridos

|  |  |
| --- | --- |
|  Categorias  | Nr de Cobertura |
| Sexo  | Masculino | 259 |
| Feminino | 661 |
| Doentes Crónicos | > 50 Anos | 36 |
| Pessoas Idosas  | 50-59 Anos | 88 |
| 60-69 Anos | 321 |
| 70-79 Anos | 293 |
| 80-89 Anos | 149 |
| 90-99 Anos | 32 |
| ˂ 100 Anos | 0 |
| Pessoas com Deficiência  | Com Deficiência | 80 |
| Escalão  | 1º Escalão | 667 |
| 2º Escalão | 138 |
| 3º Escalão | 73 |
| 4º Escalão | 29 |
| 5º Escalão | 13 |

 **Fonte**: PSCM-PS, 2015

**Etapa 1:** Monitores comunitários recolhem dados no nível das localidades

A operacionalização da primeira etapa depende das habilidades dos monitores comunitários, na medida em que estes são a principal “peça” no exercício de recolha de dados ao nível dos sites. Nas três províncias visitadas foi possível compreender que a recolha dos dados com recurso ao inquérito é da responsabilidade dos activistas, assim como é unânime que cada activista deve inquirir 20 beneficiários do PSSB.

Embora a equipa da avaliação não teve oportunidade de conversar com os monitores de campo, através dos coordenadores das organizações parceiras foi possível compreender que todos os activistas envolvidos na recolha dos dados no âmbito da MCI foram treinados para o efeito, assim como, durante o 1º ciclo da MCI revelaram ter domínio no preenchimento das fichas.

A facilidade da recolha de dados reside no facto das perguntas do questionário serem claras e fáceis de serem administradas. O que torna o questionário simples e de fácil interpretação mesmo na língua local, este aspecto logo a partida já confere alguma ***Totalidade*** dos dados recolhidos, por um lado, porque a simplicidade e o número reduzido das questões do questionário permite ao activista preencher na totalidade todos o campos do inquérito. Por outro lado, os monitores conseguem agregar dados cumulativos na base Excel.

Em termos metodológicos, os entrevistados reconhecem que os dados deveriam ser recolhidos uma vez por mês, e na data do pagamento do subsídio aos beneficiários. Porém, os mesmos reconhecem que o dia do pagamento não é favorável para recolha de dados junto dos beneficiários, porque depois de receberem o subsídio, os beneficiários preocupam-se em resolver as suas necessidades em termos de alimentos, etc.

*“Nós para os primeiros inquéritos aplicamos no dia de pagamento mas não deu, as pessoas não estavam para nós,…..ninguém tem paciência de esperar para ser inquirido” (Coordenador da Vucoxa).*

Perante o cenário, a equipa de implementadores em coordenação com a HelpAge decidiu selecionar os participantes e conduzir entrevistas no domicílio numa data acordada entre os inquiridor e inquirido. Referir que esta marcação é também feita com o apoio do/a permanente afecta a localidade. Em termos de abordagem de recolha de dados e categoria do grupo-alvo dos inquiridos considerámos a abordagem apropriada porém é importante garantir que o processo de selecção observe alguns pressupostos metodológicos (perto e distante do local de pagamento), de modo a evitar concentração da amostra, se partirmos do pressuposto que a recolha de dados é um exercício contínuo e num contexto de entrada de novos beneficiários.

Os contextos de recolha de dados dispõem de dinâmicas próprias, por isso, também recomenda-se o desenho de uma ferramenta (guia de facilitador) onde constam todos os aspectos/passos de selecção e recolha de dados com recurso ao inquérito.

A garantia da qualidade dos dados recolhidos no âmbito da MCI, passa pelo estabelecimento de um calendário trimestral de verificação de dados. E a definição de um sistema de verificação aleatória dos dados, que para além de outros aspectos deveria centrar-se no seguimento dos respondentes. Este seguimento com o propósito de verificar se de facto as pessoas reportadas foram envolvidas constituem de facto a fonte de dados, assim como, para apurar o número de vezes em que esta pessoa foi envolvida no processo.

Em relação a esta última recomendação, durante as entrevistas com a equipa de coordenação tomamos conhecimento da existência de uma ferramenta, ou modelo de auditoria de dados, desenvolvida pela PSCM-PS. Todavia, não está sendo usada devidamente pois, constatou-se a sua limitação pelo facto de ter sido recomendada a operacionalização ao nível do monitor, o que não confere transparência na medida em que este é um dos intervenientes na cadeia de recolha. Assim, recomenda-se a revisão da ferramenta e estudar-se a possibilidade de ser implementada por um outro actor fora do nível dos pontos de prestação de serviços/recolha de dados

**Etapa 2.** Monitores recolhem e analisam os dados e facilitam encontros de devolução para as comunidades

Nos distritos visitados as organizações implementadoras tem a figura de monitores comunitários, cujas responsabilidades encerram-se na sistematização e agregação primária dos dados recolhidos. A agregação dos dados é feita numa planilha Excel no formato dos inquéritos usados e, consiste em introduzir informação cumulativa por cada indicador/pergunta do questionário.

Após a agregação, os dados são lançados numa planilha Excel e partilhados com a HelpAge e PSCM-PS. Nas províncias visitadas foi possível constatar um certo domínio da planilha entre os responsáveis pela entrada agregada dos dados, porém o Excel limita a realização de análises cruzadas dos dados. Assim, a instalação e treinamento dos monitores sobre uso do SPSS constituiriam uma vantagem para o projecto no sentido de conferência de qualidade de dados, uma vez que esta ferramenta limita a margem de erros e inconsistência dos dados diferentemente do Excel.

Os dados recolhidos são usados para informar e alimentar debates subsequentes a recolha de dados. Apenas foram verificados as fichas preenchidas, e não se fez um seguimento do roteiro do ciclo desde a fonte primária, todavia a análise aleatório das fichas ajudou a verificar alguma consistência o que pode sinalizar alguma fiabilidade dos dados.

Referir que o resultado da análise dos dados conduzidos pelos monitores e equipa dos parceiros de implementação é a identificação dos assuntos com pontuação negativa. E são estes assuntos que informam a sessão de devolução com o propósito de apresentar os assuntos mais críticos aos beneficiários e liderança local e, identificação e hierarquização das propostas de soluções de forma conjunta e participativa. As propostas identificadas como prioritárias são levadas para o encontro distrital e apresentadas as autoridades distritais.

Os parceiros de implementação nas províncias visitadas já realizaram encontros de devolução com as comunidades. Todavia, existe uma certa desarmonia em termos metodológicos. A título de exemplo, em Gaza o encontro de devolução é realizado em cada uma das comunidades onde participam os inquiridos enquanto, em Sofala o encontro de devolução segue uma abordagem e representatividade onde uma amostra das pessoas inquiridas em cada um dos bairros é selecionado/convidada para discutir os assuntos emergentes com pontuação baixa.

O encontro de devolução para além de ser realizado ao nível dos beneficiários, também é feito com as lideranças. Esta que constitui uma boa prática e passível de réplica, na medida em que estes detêm algum poder de decisão e influencia ao nível local. Logo, o seu compromisso constitui um ponto de entrada para a monitoria do plano de acção futuro.

A abordagem metodológica de análise e devolução é relevante e enquadra-se dentro das abordagens recomendadas para a monitoria da governação e políticas públicas. Porém, para tornar as recomendações recolhidas nestes encontros de devolução (com as lideranças), ajustadas a realidade consentâneas com o quadro programático de Moçambique no concernente a protecção social, é incontornável o convite do técnico do INAS. Sob pena da comunidade recomendar aspectos que já constituem agenda do sector.

Também recomendamos que durante a sessão de devolução os facilitadores dos encontros tenham a destreza de selecionar e hierarquizar os assuntos passíveis de serem solucionados ao nível local e, aqueles que vão requerer de um advocacia ao nível central. Devendo as primeiras informarem acções de advocacia ao nível local e liderada pelos parceiros de implementação, a segunda do nível central podendo ser liderada pela PSCM-PS.

Em termos técnicos, o desenho de uma base de dados *online (*com ligação ao website da PSCM-PS e HelpAge*)* onde os dados poderiam ser lançados e agregados por distrito, província tornaria o exercício mais robusto e apropriado para acções de advocacia conjunta, na medida em que a informação estaria disponível para o consumo de qualquer actor com interesse.

**Etapa 3: Encontros distritais com os actores-chave e consensos sobre plano de acção**

A luz do debate conceitual sobre espaços de participação, o espaço/encontro distrital de partilha dos resultados e desenho de acções para solucionar os problemas identificados é considerado um Espaço Reivindicado. Na medida em que, os parceiros implementadores do projecto ao nível local lideraram a criação destes espaços, definem as regras de participação e convidam o governo para reflexão conjunta.

Olhando para o ciclo anual da MCI é possível aferir que cada parceiro deve conduzir/facilitar entre 3 a 4 encontros distritais. Entre os parceiros implementadores visitados, apenas a ASADEC e AAVEDOS já tiveram a oportunidade de realizar encontros distritais onde foram apresentados os resultados da MCI e definidas algumas linhas de intervenção. Dentre os assuntos levados para a discussão destacam-se: (i) visita dos técnicos do INAS aos beneficiários do PSSB; (ii) desempenho do Permanente, no sentido em que os beneficiários têm solicitado a alteração de alguns permanentes; (iii) novos mapeamentos/listagem para entrada de novos beneficiários, porque em quase todas as comunidades visitadas os beneficiários estão conscientes e solidários com os outros “potenciais” beneficiários que não são inclusos, ou foram selecionados mas ainda estão em lista de espera.

*Nós conseguimos realizar um encontro distrital, onde apresentamos algumas preocupações dos beneficiários levantadas pela MCI....havia em Dondo um permanente que cobrava dinheiro para inscrever as pessoas para o PSSB caso não paga-se ele arquivava o processo……a comunidade denunciou quando os inquiridores levantavam dados e no encontro de devolução….nós apresentamos ao governo de Dondo e eles expulsaram aquele Permanente..hoje está lá um outro (Coordenador da ASADEC)*

A integração dos assuntos na agenda de discussão com os governos distritais, constitui um ganho, assim como, pode ser interpretado como um primeiro passo que concorre para influencia e advocacia para melhoria da qualidade de serviços. Porém, para maximizar e influenciar mudanças através destes espaços é importante que a PSCM-PS municie os parceiros implementadores de ferramentas e técnicas de negociação, influência e advocacia de políticas públicas no contexto local. Onde, a capacitação sobre o quadro de governação e implementação de políticas sobre protecção social, gestão de redes de advocacia ao nível local devem ser consideradas, pois o domínio das ferramentas concorre para edificação de uma advocacia local forte.

Entre os parceiros entrevistados, foi possível constatar que a VUCOXA ainda não realizou encontro distrital este encontro. Onde factores externos, sobretudo o facto do segundo semestre do ano de 2014 ter sido caracterizado por eleições, associado a mudança de governo são apontados como os principais factores que limitaram a acção das organizações para a realização deste encontro.

A compreensão da não permeabilidade dos governos locais para acederem aos encontros distritais, no contexto do MICI pode não estar apenas associado aos factores externos ao contexto de actuação dos parceiros de implementação (período eleitoral e impermeabilidade dos governos locais). Pois, as limitadas capacidades das organizações implementadoras no concernente a técnicas de negociação, influência e advocacia no contexto das políticas públicas também podem estar a influenciar tal insucesso. Assim, para fazer face a esta limitação, recomendámos que a PSCM-PS na qualidade de entidade responsável pelo apoio técnico em coordenação com outras OSC desenhe ferramentas, ou módulos de capacitação sobre técnicas de negociação no contexto da influência e advocacia de políticas em Moçambique.

O quadro de resultados do projecto não prevê o estabelecimento de espaços de participação e influência política, como um *Outcome*. Todavia, estes estão se institucionalizando, por isso, considerámos que através destes encontros distritais o projecto pode conseguir institucionalizar estes espaços onde os beneficiários do PSSB através de seus representantes influenciam políticas no sector da Protecção Social em Moçambique.

**Etapa 4. Implementação do Plano de Acção e disseminação dos resultados**

As dinâmicas que influenciam a realização ou não das etapas anteriores informam o sucesso desta etapa. Compreendemos dos documentos e entrevistas ao nível local, especificamente com a equipa de coordenação das organizações implementadoras que, depois da etapa anterior os dados discutidos e as linhas de implementação para resposta/solucionar os problemas levantados são enviados para o nível central e provincial (PSCM-PS) que, por uma lado, tem a responsabilidade de partilhar as evidências com as entidades competentes ao nível do MMAS e INAS, por outro lado, garantir que as respostas as preocupações são devolvidas para os proponentes/beneficiários.

A abordagem de influência e advocacia de política adoptada pelo projecto prevê que a PSCM-PS lidera todo o processo de advocacia do nível central. Porém, esta tem estado a liderar também algumas acções de advocacia que supostamente deveriam ser conduzidas pelos parceiros de implementação, sobretudo pelo facto de maior parte destes estarem a presidir a Plataforma Distrital das Organizações da Sociedade Civil, como é o caso da VUCOXA em Chókwe. Tal cenário deve-se ao facto dos parceiros de implementação perceberem e limitarem as suas responsabilidades apenas para aspectos de operacionalização e recolha de dados através do inquérito.

Esta aparente intromissão, ou usurpação da PSMC-PS do espaço distrital para implementar acções de advocacia pode estar associado ao contexto e arquitectura de funcionamento e constituência da sociedade civil moçambicana. Que de acordo com Dumangane (2012), Macuane (2011), é caracterizada pela desarticulação entre as Plataformas Temáticas de Nível Nacional com as Plataformas Provinciais e Distritais coordenadoras das acções das OSC nos respectivos territórios geográficos, factor influenciado pelas dinâmicas de busca e gestão de fundos para sobrevivência num contexto de competitivo e de “caça” a doações. Pois em termos práticos, e eficientes de actuação de uma sociedade civil “organizada a PSCM-PS deveria ter um representante ao nível provincial e distrital.

A abordagem de advocacia adoptada pelo projecto, caracterizada pela fraca ligação entre PSCM/-PS com as plataformas coordenadoras ao nível provincial e distrital limita a implementação efectiva de uma abordagem participativa de advocacia com alcance nacional. Se partirmos do pressuposto que plataformas temáticas nacionais desempenham um papel relevante no apoio técnico, com enfoque na recolha e produção de evidências passíveis de serem usadas para acções de advocacia, nos níveis nacional e subnacional.

Portanto, é importante que a PSCM-PS ao invés de liderar acções de advocacia do nível subnacional, reforce as capacidades das plataformas (coordenadoras de acções das OSC) nos níveis provinciais e distrital. Onde o apoio as OSC locais na produção de documentos de posição sobre assuntos locais, pode constituir uma das principais acções que, podem contribuir para o desencadear de acções de advocacia lideradas pelos actores locais. Enquanto, os assuntos cuja resolução requer intervenção de instituições do nível central, a PSCM-PS se responsabilizaria em integrar tais assuntos na agenda política, através dos fóruns temáticos a que ela faz parte como é o caso do Conselho Coordenador de Subsistema de Segurança Social do Ministério da Mulher e Acção Social, (actualmente Ministério do Género, Criança e Acção Social), onde é membro permanente. Assim como, durante as sessões organizadas durante a semana nacional de protecção social.

O uso dos media, a documentação e publicação de estudos de caso, produção e divulgação de documentos de posição e *policy briefs* e, histórias de vida, constituem algumas das abordagens que podem ser adoptadas para trazer o assunto para debate nacional e integração nas políticas sectoriais.

Referir também que, a postura dos parceiros de implementação em não abraçar a componente de advocacia, também pode ser sustentada pelo facto destas sentirem-se sem espaço para liderarem acções de advocacia ao nível local. Primeiro, pela falta de clareza em relação ao seu papel de advocacia ao nível local, segundo pelo facto de não terem recebido nenhuma capacitação inicial sobre técnicas de advocacia de políticas e, nem estarem a receber apoio técnico para o efeito.

## IV.3. COORDENAÇÃO DO PROJECTO

**Coordenação**: para avaliar o nível de coordenação do programa entre os parceiros, PSCM-PS e HelpAge. Podendo desse modo compreender e recomendar linhas de força para acções de advocacia conjunta

A natureza e dinâmica da relação entre os actores-chave do projecto “*Construindo a Responsabilização Social Para a Protecção Social em Moçambique*”, ajuda a compreender dois níveis de gestão e coordenação. O primeiro nível de gestão e coordenação entre os responsáveis pela implementação e operacionalização que está mais virado para aspectos de planificação, implementação, monitoria, documentação e report/prestação de contas.

A segunda linha de coordenação e gestão orientada para aspectos de harmonização e alinhamento com outros actores, em particular instituições do governo distrital e Organizações Não-Governamentais (ONG) nacionais e internacionais com interesse na área de responsabilização social, com o propósito de reforço das sinergias para uma maior complementaridade.

### IV.2.1. Gestão e Coordenação entre a Equipa de Implementação

A primeira linha de gestão e coordenação considera todos os actores-chave com papel de destaque na implementação do projecto. Onde a HelpAge Moçambique na qualidade de organização responsável pela operacionalização do projecto coordena a implementação de todas as actividades. Por sua vez, a PSCM-PS garante toda a assistência técnica aos parceiros implementadores e monitoria da intervenção. Por último as organizações implementadoras[[7]](#footnote-7) participam na gestão e coordenação pelo facto de desempenharem o papel de implementadores ao nível distrital.

Tomando os papéis e responsabilidades de cada interveniente na cadeia de implementação foram construídas as questões para compreensão dos aspectos de coordenação e gestão do projecto, pois compreende-se que a realização das responsabilidades por parte dos actores constitui um dos principais condimentos para o sucesso da coordenação e gestão do projecto.

Os dados recolhidos no terreno revelaram que a coordenação e gestão do projecto durante o período em análise foram caracterizadas por alguns elementos de força e algumas fraquezas. Os relatórios de progresso consultados, permitem visualizar um relativo esforço em alinhar a intervenção em todo o ciclo de implementação. O título exemplo, os encontros de partilha conjunta de lições resultados dos diferentes distritos incluindo a partilha harmonização das ferramentas de recolha de dados, alinhamento dos conteúdos das capacitações, realização de encontros nacionais de partilha de evidências constituem alguns dos aspectos de forças em volta da coordenação e gestão entre os actores de gestão e operativo.

Porém, ainda persistem aspectos por alinhar, como é caso da definição clara das tarefas de cada interveniente na cadeia de implementação, harmonização dos fluxos de *report* e canais de partilha de dados, gestão das parcerias. Os dados recolhidos no terreno mostram que a coordenação entre a equipe que considerámos de implementação (HelpAge, PSCM/PS e organizações implementadoras) ainda não é efectiva sobretudo, pelo facto de constatar-se entre alguns intervenientes o fraco cumprimento das suas responsabilidades. A título de exemplo, os parceiros entrevistados nas três províncias referiram fraqueza da componente de monitoria e assistência técnica, por sinal da responsabilidade da PSCM-PS. Isto é, a PSCM-PS não tem efectuado visitas regulares de monitoria e apoio técnico junto dos parceiros. (verificar planos d

*Desde que fomos treinados os colegas da PSCM-PS ainda não nos visitaram, sobretudo para acompanhar a actividade de MCI, na recolha de dados, e encontros de devolução ….porque são estes momentos que deviam nos ajudar a capturar assuntos para advocacia conjunta (Coordenador de uma organização parceira)*

A fraca assistência mencionada pelos parceiros de implementação, por um lado, pode estar associada ao facto destas estarem conscientes do papel de cada interveniente do projecto. Por outro lado, pode estar a sinalizar que os parceiros estão conscientes em relação as limitações e desafios que enfrentam no terreno, sobretudo no seguimento e implementação da componente de advocacia pós recolha dos dados e realização dos encontros de partilha com os governos distritais. A título de exemplo, foi referenciado pela PSCM-PS, parceiros de implementação, incluindo a HelpAge a submissão de dados fora dos períodos de report, cenário que por vezes contribui para a disseminação/report de dados abaixo do alcançado.

Adicionalmente a fraca assistência aos parceiros de implementação de acordo com a equipa da PSCM-PS, deve-se a fraco alinhamento em termos de planificação dos ciclos de MCI, porque algumas visitas de monitoria e apoio técnico programadas não foram efectuadas, pelo facto de não terem sido orçamentadas atempadamente. As consequências da fragilidade em termos de coordenação e apoio técnico começa a influenciar negativamente o desempenho e dinâmica de implementação do projecto. Pois, foi notória a falta de alinhamento na implementação dos ciclos o que abre espaço para criatividade entre os parceiros de implementação, a título de exemplo alguns parceiros de implementação tem estado a usar os dados dos encontros distritais para informar as acções da PSCM-PS (por favor clarifique), outros depois da sessão de interface com as autoridades distritais consideram terminado o processo e iniciam o novo ciclo.

Assim, a harmonização e definição conjunta de um calendário para implementação dos ciclos da MCI é recomendada. Assim como, recomenda-se que a PSCM-PS elabore um plano de monitoria e assistência técnica aos parceiros, obedecendo dois critérios básicos. Primeiro as visitas devem coincidir com o calendário do ciclo de MCI, isto vai permitir que a PSCM-PS consiga estar presente/acompanhe todas as etapas do ciclo de MCI. A título de exemplo, a primeira visita pode ser efectuada para um parceiro que está a iniciar a recolha de dados, a segunda visita pode ser efectuada para um parceiro que está na fase de devolução para debate dos problemas emergentes, a terceira visita para um parceiro que está a realizar o encontro distrital. Esta presença aleatória do pessoal da PSCM-PS vai permitir identificar lacunas e desafios enfrentados em cada uma das etapas do ciclo da MCI.

Além dos desafios e aspectos negativos que comprometem a realização de uma coordenação e gestão positiva do projecto, foram referenciadas algumas práticas positivas. Como é o caso do cumprimento do fluxo *report* nos sentidos ascendentes e descendentes, embora segundo os membros da PSCM-PS por vezes os recebem fora do ciclo, comprometendo desse modo os processos subsequentes de análise e produção de evidências para partilha.

### IV.2.2. Coordenação e Sinergias Com Outros Actores-Chave

O segundo nível de gestão e coordenação vai para além da relação entre os actores responsáveis pela implementação. Estendendo-se para a relação entre os implementadores e outros actores (governamentais e não-governamentais) que indirectamente desempenham um papel relevante para o sucesso do projecto.

O projecto está sendo implementado num contexto e espaços geográficos caracterizado pela existência de beneficiários do PSSB, logo a presença do INAS e, presença de ONG nacionais e internacionais implementando iniciativas de promoção de responsabilização social. Com vista a compreender a questão da coordenação e sinergias com outros actores, aos entrevistados foi questionado sobre a ligação e ou colaboração com outros actores locais ao nível do governo, liderança local, ONG entre outros.

Em relação ao trabalho com as instituições do governo provincial e distrital os dados recolhidos permitiram compreender uma forte colaboração do projecto com o INAS (província e distrito) em toda a cadeia de implementação. Foi constatada uma aceitação generalizada do projecto e dos parceiros implementadores em todos os distritos visitados, primeiro pelo reconhecimento da complementaridade sobretudo no concernente a recolha e partilha de evidências que alicerçam e promovem o exercício de planificação participativa na medida em que os dados recolhidos pelos parceiros e, denúncias feitas pelas comunidades recolhidas no âmbito do MCI ajudam informam o exercício de planificação do INAS. Segundo, pelo facto, do exercício de MCI estar a contribuir para a promoção de boas práticas de prestação de contas, na medida em que os beneficiários do PSSB em algumas áreas começarem a solicitar alguns esclarecimentos aos técnicos do INAS durante os dias de pagamento.

*…….reconhecemos que esta organização…..é parceira do INAS porque ajudam-nos a compreender o nível de satisfação dos beneficiários do PSSB…essa recolha que eles fazem quando partilham connosco usamos essa informação para melhorarmos….(Delegada do INAS)*

Para além de promover a prestação de contas e planificação participativa, a equipa do INAS, referiu que a MCI implementada pela VUCOXA está a contribuir para o aumento da consciência de cidadania e em volta do valor atribuído aos beneficiários.

*Nas zonas onde a VUCOXA actua, especificamente em Marranbadjane e Chiaquelane os beneficiários já não aparecem bêbados e sujos. Pelo contrário são pessoas que já respeitam o permanente e sabem questionar durante os primeiros 15 minutos antes do pagamento….enquanto nas zonas onde as comunidades não são sensibilizadas pela VUCOXA ainda existem beneficiários que aparecem bêbados, proferem palavras que ofendem e até depois de receberem o valor deitam no chão dizendo isto não é nada …isso doí-nos tanto (Técnica do INAS, Gaza)*

Os aspectos acima referenciados revelam existência de uma coordenação entre o projecto e os actores governamentais, baseada no reconhecimento mútuo. Pois, mesmo sem nenhum Memorandum de Entendimento (MdE) entre as partes, visualiza-se esforços de trabalho conjunto. A título de exemplo, o trabalho conjunto entre o projecto e o INAS também é caracterizado pela partilha de recursos humanos entre as partes.

**Caixa 3: Partilha de Recursos Humanos**

Os técnicos do INAS em Sofala são convidados para facilitação de sessões de treinamento dos activistas da ASADEC, assim como, alguns colaboradores da ASADEC são convidados para facilitar algumas sessões de capacitação promovidas pela delegação provincial do INAS sobretudo nos aspectos relacionados com protecção da pessoa idosa.

Em todas as capacitações iniciais dos monitores comunitários, a presença dos técnicos do INAS é imprescindível pois eles apresentam os programas sociais que implementam com destaque para o PSSB.

Os Técnicos do INAS participam nos encontros distritais e a HelpAge cobre todas as despesas de logística.

Em Nampula a AAVEDOS em Nampula tem prestado algum apoio em meios circulantes ao INAS, sobretudo quando a coincidência das datas das datas de visita de monitoria e pagamento da AAVEDOS e do INAS respectivamente.

Ainda na senda da análise de coordenação e sinergias, referir que em algumas áreas geográficas onde está sendo implementado o projecto existem outras organizações que implementam intervenções com o foco para a responsabilização social. Em Gaza, a VUCOXA é receptora e fundos do programa Cidadania e Participação (CEP), que usa uma abordagem de monitoria da qualidade de serviços de educação e saúde, onde o Cartão de Pontuação Comunitária (*Community Score Card*) é a ferramenta usada para monitorar a qualidade de serviços nos dois sectores. Todavia, os dados recolhidos permitiram constatar uma fraca se não inexistente sinergia entre o projecto em análise e o CEP.

A efectivação do trabalho conjunto entre o CEP e MCI, constitui uma oportunidade para o alcance do resultado principal do projecto que, consiste em contribuir para a realização do Programa de Transferência de Renda do governo social para pessoas idosas (PSSB). Na medida em que os grupos vulneráveis constituem alvo do CEP e do MCI, assim, os dados recolhidos pelas duas abordagens podem ser tratados e disseminados de forma complementar, tornando desse modo robusta a evidência em torno da percepção da qualidade de serviços. Todavia, importa considerar que as acções do CEP têm a saúde e educação como foco principal.

Adicionalmente nos distritos onde o projecto (MCI) está sendo implementado, existem espaços de base comunitária, conhecidos por Instituições de Participação e Consulta Comunitária (IPCC) que desempenham um papel relevante durante os processos de planificação local. Embora, alguns parceiros se têm engajado com estes espaços, é importante reforçar a ligação e trabalho com estas instituições, através da partilha das evidências recolhidas no âmbito da MCI, pois a partir destes pode-se influenciar a integração dos assuntos relacionados com a protecção social na agenda de desenvolvimento local.

## IV.4. LIGAÇÃO DO PROJECTO

**Ligações**: para compreender por um lado, em que medida o programa está alinhado e contribuiu para alcance dos resultados da estratégia HelpAge (2015). Por outro lado, para avaliar o nível de sinergias do projecto com outras estruturas nacionais e regionais;

### IV.4.1. Alinhamento do Projecto a Estratégia da HelpAge

A Estratégia da HelpAge 2015 priorizou acções de reforço das capacidades dos parceiros na componente de gestão e governação interna; prestação de serviços e acções de advocacia ao nível local, com o propósito de promover os direitos e deveres das pessoas vulneráveis. E expansão da área geográfica de actuação para 7 províncias do pais, onde espera estreitar laços de parceria com 30 organizações (nacionais e/ou internacionais)

A realização dos resultados, está dependente de acções afirmativas de cidadania especificamente para a divulgação e promoção dos direitos e deveres das populações vulneráveis. Onde a monitoria baseada na comunidade constitui a principal ferramenta de influencia para influencia de políticas ao nível nacional e local, assim como, mobilização de recursos.

Os resultados esperados, por um lado, revelam o alto compromisso da HelpAge no reforço das capacidades dos actores implementadores, por outro lado, a consciência da organização de promover a consciência de cidadania entre os beneficiários do PSSB. Daí considerar que o projecto “*Construindo a Responsabilização social para a Protecção Social em Moçambique*” está alinhado ao quadro programático e estratégico da HelpAge, podendo desse modo contribuir para o alcance dos resultados da estratégia da HelpAge 2015. Sobretudo, para o resultado referente a expansão e contribuição para influencia o quadro de implementação de políticas de protecção social nos níveis nacional e local.

Portanto, recomenda-se para a segunda fase de implementação, reforçar o trabalho em rede com parceiros locais nacionais e internacionais e, adopção das lições aprendidas e boas práticas de gestão e coordenação da fase piloto no trabalho com os novos parceiros identificados nas outras províncias.

## IV.5. SUSTENTABILIDADE DO PROJECTO

**Sustentabilidade**: para compreender se existem indicações preliminares dos resultados do programa para ser sustentáveis para além da vida do programa e avaliar as estratégias de saída que tem sido posto em prática pelo programa para contribuir para a sustentabilidade.

### IV.5.1. Sustentabilidade e Apropriação da Abordagem do Projecto

Em projectos de intervenção sociopolítica, a sustentabilidade mede-se pela contribuição do projecto na melhoria da vida das populações e das comunidades locais beneficiárias das intervenções. Pressupondo-se que as acções devem garantir acesso aos bens e serviços, diminuir as desigualdades sociais, ampliar os direitos e visam possibilitar o exercício pleno da cidadania e justiça social.

Vários são os parâmetros para avaliar a sustentabilidade de projectos. Tomando em consideração a natureza do projecto e resultados esperados a presente avaliação de Meio-Termo adoptou três parâmetros para análise da sustentabilidade com destaque para: (i) sustentabilidade social do projecto que, procura compreender até que ponto o projecto contribui para o aumento da qualidade de vida das pessoas e, redução das desigualdades sociais; (ii) sustentabilidade sociopolítica que, procura aferir se o projecto favorece para o empoderamento individual, colectivo e promoção da cidadania entre os beneficiários. Referir que a análise da sustentabilidade sociopolítica deve ser analisada também tomando em consideração as dinâmicas das relações entre os actores-chave e; (iii) sustentabilidade sociotécnica do projecto que, para além de outros aspectos procura compreender se a abordagem metodológica e técnica adoptada pelo projecto é relevante e permite alcançar os propósitos e resultados esperados.

**Sustentabilidade Social do Projecto:** a análise cruzada dos dados recolhidos permitiu aferir que apesar de prematuro, pode-se assumir que o projecto tem potencial para contribuir para a melhoria de vida dos beneficiários do PSSB. Na medida em que as acções implementadas na primeira fase estão a contribuir para aumentar o nível de conhecimento dos beneficiários sobre direitos, critérios de selecção e estratificação de escalões e respectivos subsídios por categoria de escalão. Todavia, o desenho de uma abordagem de comunicação, que prevê a difusão de conteúdos e informação sobre o PSSB via rádios comunitárias e palestras ministradas durante o dia do pagamento são recomendadas.

**Sustentabilidade Sociopolítica:** as mudanças registadas durante a primeira fase, permitem compreender que o projecto está a contribuir para despertar da consciência de cidadania, e importância da participação dos beneficiários na identificação das lacunas de implementação do PSSB e definição de propostas de solução.

A abordagem de parceria entre o projecto e o INAS mostra que existe potencial para o (i) estabelecimento de um ambiente favorável para uma gestão participativa e inclusiva do PSSB, onde os beneficiários tem a oportunidade de participar e influenciar a agenda de governação através dos encontros distritais e; (b) o reforço do diálogo entre os provedores e utentes/beneficiários. Concorrendo desse modo, para a institucionalização de uma ambiente de implementação do PSSB onde a transparência e prestação de contas são consideradas.

**Sustentabilidade Sociotécnica:** a abordagem da MCI adoptada pelo projecto constitui uma ferramenta de monitoria influência e advocacia de política. Estudos conduzidos em alguns países de África, revelaram que a abordagens de monitoria da governação ajudam a melhorar a qualidade de serviços de saúde. A avaliação conduzida ao programa de *Science Alliance of Health Maternal* implementado pela Care Malawi entre 2012-2015, revelou que as abordagens de governação participativa é uma estratégia chave para fazer face as barreiras de saúde, incluindo as de natureza sociocultural. Na medida em que, permitiu que utentes e provedores se engajassem para a identificação das barreiras que influenciam o acesso a serviços de saúde de qualidade.

Portanto, considerámos que a abordagem da MCI tecnicamente é sustentável do lado do cidadão, na medida em que os dados das entrevistas mostram uma certa apropriação e incorporação desta metodologia de trabalho entre os parceiros de implementação e está sendo apropriada do lado da procura de serviços. Porém, persistem algumas incertezas em relação a apropriação da abordagem entre os provedores. Pois estes, consideraram ser oneroso conduzir levantamentos de dados sobre a satisfação dos beneficiários de forma sistemática e regular.

# V. PRINCIPAIS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

**EFICÁCIA**

**Desempenho do Projecto a Luz das Actividades Planificadas Setembro 2013- Dezembro2014**

**Principal Conclusão**

Olhando para o quadro de planificação das actividades para o período 2013-2014, a luz do documento do projecto que orientou a fase piloto, os relatórios de progresso e dados recolhidos no terreno é possível compreender que as macro-actividades planificadas para o período (2013-2014) foram implementas acima de 75%.

**Percepção da Eficácia a Luz dos Utentes e Provedores**

**Principais Conclusões**

1. Ainda é prematuro afirmar que as acções do projecto estão a contribuir directamente para a realização do Programa de Transferência de Renda do governo para pessoas idosas (PSSB). Todavia, as acções implementadas na fase piloto contribuíram para o estabelecimento de um ambiente favorável para o efeito. Sobretudo porque as autoridades do INAS reconhecem a relevância do projecto pelo facto de estar alinhado com os propósitos e objectivos da ENSSB;
2. Do lado dos utentes/beneficiários, o projecto está a contribuir para o aumento do nível de conhecimento sobre o sistema de funcionamento do PSSB, pois é possível visualizar e testemunhar algumas mudanças. O que constitui uma vantagem e, oportunidade de alavancar acções futuras que concorrem para o alcance do resultado esperado.
3. A falta de informação geral sobre o PSSB, associado a percepção de que o subsídio é um favor, desconhecimento das boas práticas de governação participativa e inclusiva entre os provedores limita a capacidade de engajamento entre os provedores e beneficiários. Estes factores se não forem corrigidos a curto prazo podem por em causa o alcance a eficácia do projecto.

**Principais Recomendações Operacionais**

1. Reforçar a parceria com o INAS, por forma a garantir o seu envolvimento e comprometimento no apoio ao projecto;
2. O sucesso de qualquer exercício de influência, participação e advocacia de políticas depende do grau de acesso a informação e conhecimento dos direitos e deveres do cidadão. Assim, recomenda-se desenvolvimento de uma abordagem de comunicação tomando em conta as diferentes categorias dos grupos vulneráveis alvo do projecto. Com o propósito de disseminar informação sobre o sistema do PSSB, direitos e deveres do utente e provedor de serviços, espaços de denuncia e participação;

**MCI: EFICIÊNCIA NO FLUXO DE DADOS, REPORT E QUALIDADE**

**Abordagem de Monitoria Comunitária Independente e a Qualidade de Dados**

**Principais Conclusões**

1. Os parceiros de implementação estão alinhados em relação as etapas do ciclo de MCI. Porém, devido a falta de assistência por vezes os parceiros implementadores tornam-se criativos, por vezes sem cumprir com algumas recomendações metodológicas;
2. Os dados recolhidos são usados para informar e alimentar debates subsequentes a recolha de dados. Apenas foram verificados as fichas preenchidas, e não se fez um seguimento do roteiro do ciclo desde a fonte primária, todavia em relação as fichas analisadas de forma aleatória pôde-se verificar alguma consistência o que pode sinalizar alguma qualidade dos dados;
3. Todos os parceiros já realizaram o exercício quase todas as etapas da MCI, porém a maioria destes ainda não realizou o encontro de interface entre os provedores e utentes. Acrescentar que o quadro de resultados do projecto não prevê o estabelecimento de espaços de participação e influência política, como um *Outcome*. Todavia, os dados recolhidos permitiram compreender que os parceiros locais estão a reivindicar e institucionalizar novos espaços de participação e de influência da agenda de protecção social ao nível local.
4. As organizações parceiras não dispõem de capacidade para negociar um plano de acção com os governos distritais. Assim como, não estão capacitados para monitorar planos de acção acordados ao nível local.

**Principais Recomendações Operacionais**

1. O parceiro técnico deve desenhar e implementar um plano de assistência e apoio técnico para os parceiros de implementação. Primeiro, para evitar desvios metodológicos, segundo para acompanhar todo o processo de hierarquização dos assuntos durante o encontro de devolução/debate dos assuntos nas comuinidades, terceiro para acompanhar e reforçar as habilidades sobre técnicas de negociação e influencia e advocacia de políticas durante os encontros distritais;
2. É importante partilhar e harmonizar com as organizações parceiras as etapas do ciclo da MCI, e habilitá-las a desenvolver um plano de acçao passível de ser acordado com os governos distritais e monitorado por todos intervenientes. Nesse sentido, a PSCM-PS deve garantir o desenho e partilha de um modelo de plano de acçao de seguimento das acções acordadas após o encontro distrital;
3. Estabelecer uma base de dados *online*, onde os dados da MCI de todas as províncias são lançadas para análise por parte da PSCM-PS. Esta plataforma para além de garantir a observação de parâmetros de qualidade dos dados, permite que outros actores interessadas possam usar os dados para acções de advocacia e documentação;

**COORDENAÇAO DO PROJECTO**

**Principais Conclusões**

1. Os dados recolhidos no terreno revelaram que a coordenação e gestão do projecto durante o período em análise foram caracterizadas por alguns elementos de força e algumas fraquezas. Os relatórios de progresso consultados, permitem visualizar um relativo esforço em alinhar a intervenção em todo o ciclo de implementação (força).

Porém, ainda persistem aspectos por alinhar, como é caso da definição clara das tarefas de cada interveniente na cadeia de implementação, harmonização dos fluxos de report e canais de partilha de dados, gestão das parcerias. Assim, como foi constatada uma fraca assistência/apoio aos parceiros de implementação sobre o uso da metodologia e análise dos dados.

1. Forte colaboração do projecto com o INAS em toda a cadeia de implementação. Assim como, foi possível concluir aferir uma aceitação generalizada do projecto e dos parceiros implementadores em todos os distritos visitados, primeiro pelo reconhecimento da complementaridade sobretudo no concernente a recolha e partilha de evidências que alicerçam e promovem o exercício de planificação participativa na medida em que os dados recolhidos pelos parceiros e, denúncias feitas pelas comunidades recolhidas no âmbito do MCI ajudam informam o exercício de planificação do INAS. Segundo, pelo facto, do exercício de MCI estar a contribuir para a promoção de boas práticas de prestação de contas, na medida em que os beneficiários do PSSB em algumas áreas começarem a solicitar alguns esclarecimentos aos técnicos do INAS durante os dias de pagamento.

**Principais Recomendações Operacionais**

1. Na qualidade de parceiro responsável pelo apoio técnico e monitoria a PSCM-PS deve desenhar um modelo de relatório que permite captar as dinâmicas e principais resultados de cada etapa da MCI;
2. A equipa de implementação deve revisitar o documento do projecto por forma a clarificar, e ou ajustar as responsabilidades de cada parceiro na cadeia de implementação. Evitando desse modo a duplicação de esforços e desarmonia interventiva;
3. Reforçar a linha de coordenação, planificação e partilha de relatórios de progresso com o INAS. Por forma a permitir uma provável planificação conjunta das visitas de monitoria e apoio técnico. Em relação a partilha de relatórios de progresso, recomenda-se que os parceiros devem continuar a partilhar os relatórios de progresso com os SDMAS. Mas seria útil também que uma cópia fosse enviada a delegação do INAS ao nível de cada distrito;

**LIGAÇÃO DO PROJECTO**

1. O projecto “*Construindo a Responsabilização social para a Protecção Social em Moçambique*” está alinhado ao quadro programático e estratégico da HelpAge, podendo desse modo contribuir para o alcance dos resultados da estratégia da HelpAge 2015. Sobretudo, para o resultado referente a expansão e contribuição para influencia o quadro de implementação de políticas de protecção social nos níveis nacional e local.

**SUSTENTABILIDADE**

**Principal Conclusão**

1. Em projectos de intervenção sociopolítica, a sustentabilidade mede-se pela contribuição do projecto na melhoria da vida das populações e das comunidades locais beneficiárias das intervenções. Pressupondo-se que as acções devem garantir acesso aos bens e serviços, diminuir as desigualdades sociais, ampliar os direitos e visam possibilitar o exercício pleno da cidadania e justiça social.

As acções implementadas na primeira fase estão a contribuir para aumentar o nível de conhecimento dos beneficiários sobre direitos, critérios de selecção e estratificação de escalões e respectivos subsídios por categoria de escalão, porém ainda é prematuro atribuir sustentabilidade ao projecto.

# BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. Dumangane, Sansão, (2012), Parcerias Internacionais e as Agenda das Organizações da Sociedade Civil em Moçambique: O caso do Centro de Integridade Pública e Organização dos Trabalhadores de Moçambique, UEM, Maputo
2. Francisco, António e Gustavo Sugahara (2012) Por uma Pensão Universal para Idosos em Moçambique: proactiva, valorizadora, inclusiva e dignificante, IESE, Maputo;
3. HelpAge, (2014), Progress Report of the Independent Community Monitoring Project (MCI) to the Basic Social Pension Programme (PSSB) From INAS, Maputo
4. HelpAge, (s/d), Business Plan For Mozambique,
5. Holzmann, R. ed., 2009. Social Protection and Labo r at the World Bank 2000-2008, Washington, DC: The World Bank. Available at: [www.gsdrc.org/go/display&type=Document&id=3814Accessado](http://www.gsdrc.org/go/display%26type%3DDocument%26id%3D3814Accessado) 10 de Março de 2015]
6. HelpAge, (s/d), Envolvendo as comunidades na recolha de evidências através da monitoria comunitária. Um Manual de Formação para Monitores, Maputo;
7. Governo de Moçambique, (2010), Estratégia Nacional de Segurança Social Básica (2010-2014), Maputo;
8. Macuane, Jaime, (2011), Programa de Apoio aos Actores Não Estatais. Estudo de Base, Diálogo Político e Social, Entre os Actores Não-Estatais e Autoridades Públicas. União Europeia, Moçambique,
9. MMAS, (2014), Protecção Social em Moçambique. Enquadramento, Políticas e Programas em Moçambique, Maputo;
10. Niño-Zarazúa, M.A., 2012. UNU-WI DER   : Social Protection in sub-Saharan Africa: Will the green shoots bl ossom? , Stockholm: UNU-WIDER. Available at: [http://www.wider.unu.edu/events/research-presentations/seminars/en\_GB/23-05-2012-Sweden/[Accessado](http://www.wider.unu.edu/events/research-presentations/seminars/en_GB/23-05-2012-Sweden/%5BAccessado) 10 de Março de 2015];
11. Kakwani, N. & Subbarao, K., 2005. Ageing and Poverty in Africa and the Role of Social Pensions , United Nations Development Programme, International Poverty Centre;
12. Selvester Kerry, et al (2012), Transformando Transferências monetárias: Beneficiários e perspectivas da comunidade sobre o Programa de Subsídio Social Básico em Moçambique, UKAID Moçambique;
13. OIT, (2013), Governação dos Regimes de Segurança Social. Um Manual para os Membros dos Conselhos de Administração em África, Turim, Itália
14. OIT, (2014), Relatório Mundial sobre Protecção Social 2014-2015 Construindo a recuperação económica, o desenvolvimento inclusivo e a justiça social;
15. PSCM-PS, (2014), Breve informe sobre a MCI ao PSSB, Maputo;
16. PSCM-PS, (2014), Estudo sobre a Transparência e Prestação de Contas na Gestão do PSSB em Moçambique-Distrito de Matutuíne, Maputo
1. Protecção social: “conjunto de medidas visando atenuar, na medida das condições económicas do País, as situações de pobreza absoluta das populações, garantir a subsistência dos trabalhadores nas situações de falta ou diminuição de capacidade para o trabalho, bem como dos familiares sobreviventes em casos de mortes dos referidos trabalhadores e conferir condições suplementares de sobrevivência.” (Lei nº 3/2007, de 7/02). [↑](#footnote-ref-1)
2. Kakwani, N.& Subbarao, K., 2005. Ageding and Poverty in Africa and the Role of Social Pensions, United Nations Development Programme, International Poverty Centre. [↑](#footnote-ref-2)
3. OIT, (2013) Governação dos Regimes de Segurança Social. Manual para Africa [↑](#footnote-ref-3)
4. Permanente é um membro da comunidade local, que actua como um agente de ligação entre o INAS, comunidade beneficiária e beneficiários [↑](#footnote-ref-4)
5. Francisco, António e Gustavo Sugahara (2012) Por uma Pensão Universal para Idosos em Moçambique: proactiva, valorizadora, inclusiva e dignificante, IESE, Maputo; [↑](#footnote-ref-5)
6. Selvester Kerry, et al (2012), Transformando Transferências monetárias: Beneficiários e perspectivas da comunidade sobre o Programa de Subsídio Social Básico em Moçambique, UKAID Moçambique; [↑](#footnote-ref-6)
7. AAVEDOS-Nampula; ASADEC-Sofala; FAMOD-Niassa; APITE-Tete; Handicap e RAVIM-Maputo; Vucoxa-Gaza; Save the Children-Zambézia e; Kubatsirana-Manica [↑](#footnote-ref-7)